UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE DIREITO DE ALAGOAS

BEATRIZ ALISSYA DE MELO FELIX

**Censura Prévia e Liberdade de Expressão no Período Eleitoral: Análise da Resolução
23.714/2022 do Tribunal Superior Eleitoral à luz do Princípio do Estado Democrático de
Direito**

Maceió/AL
2023

BEATRIZ ALISSYA DE MELO FELIX

**Censura Prévia e Liberdade de Expressão no Período Eleitoral: Análise da Resolução
23.714/2022 do Tribunal Superior Eleitoral à luz do Princípio do Estado Democrático de
Direito**

Trabalho de conclusão de curso submetido ao corpo docente do Curso de Graduação em Direito da Faculdade de Direito de Alagoas (FDA), unidade acadêmica da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Direito

Orientador: Prof.º Dr. George Sarmento

Maceió/AL
2023

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

F316c Felix, Beatriz Alissya de Melo.
Censura prévia e liberdade de expressão no período eleitoral : análise da Resolução 23.714/2022 do Tribunal Superior Eleitoral à luz do princípio do Estado democrático de direito / Beatriz Alissya de Melo Felix. – 2023. 54 f. : il.

Orientador: George Sarmiento Lins Júnior
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Direito) –
Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Direito de Alagoas.
Maceió, 2023.

Bibliografia: f. 49-54.

1. Liberdade de expressão. 2. Censura. 3. Notícias falsas. 4. Eleições. I.
Título.

CDU: 342.8

A minha mãe, Maria Roselane Melo, que sempre teve as mais doces palavras nos momentos de escuridão; ao meu pai, Carlos Felix da Silva, por todo incentivo, força e coragem para perseguir os meus sonhos e por nunca ter me deixado desistir; e aos meus colegas da faculdade, que fizeram da minha jornada acadêmica mais leve.

E aos meus professores e professoras, que me inspiram a buscar, cada vez mais, pelo conhecimento.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como finalidade discutir o conteúdo da Resolução 23.714/2022 do TSE – Tribunal Superior Eleitoral - em sua amplitude e destacar a incidência no âmbito da liberdade de expressão nos seus variados espectros do direito. Serão comentados os artigos da Resolução em face do Princípio do Estado Democrático de Direito junto a todas as conquistas normativas *lato sensu* no plano nacional e internacional. A jurisprudência quanto à decisão do Supremo Tribunal Federal em razão da ADI 7261 ajuizada em 21 de outubro de 2022 pelo Procurador Geral da República, Augusto Aras, será também valorada para fins de compreensão. Desse modo, as implicações do avanço tecnológico e a velocidade de propagação de informações poderão ser observadas de maneira crítica e de forma a não existir a impunidade daqueles que se utilizam de mecanismos para disseminar o ódio mediante discriminações com as minorias ou até mesmo, a propagação de *Fake News* – Notícias Falsas, sem que os direitos fundamentais expressos no Art. 5, da CRFB/88 junto aos Tratados e Acordos Internacionais, como a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, sejam desrespeitados. Ademais, a ênfase será dada aos períodos eleitorais, cuja Justiça Eleitoral se reserva como competente para a manutenção da integridade em toda sua extensão, já que, nesse intervalo, as opiniões públicas são motivadas em hipérboles e subterfúgios tanto dos candidatos quanto dos eleitores, de maneira que nem sempre as informações repassadas são verídicas e o exagero das emoções propiciam um ambiente de influência nas ideias dos cidadãos. Utilizou-se para o desenvolvimento do presente trabalho, uma pesquisa de natureza descritiva por meio de um levantamento bibliográfico relacionado com o objetivo, através de combinação de fontes normativas, doutrinária e documentais, trazendo sobretudo análise jurisprudencial. Utilizar-se-á da abordagem qualitativa, por meio do método dedutivo, partindo de uma premissa geral, para obter em sua conclusão, uma premissa individual. No tocante as fontes normativas, será utilizada basilarmente a Constituição Federal de 1988, Resolução nº 23.714/22 do TSE, Código Eleitoral, entre outras fontes do direito nacional e internacional. No que refere as fontes doutrinárias, será utilizada uma revisão da bibliografia dos constitucionalistas modernos e clássicos, sobre o que tem sido produzido sobre o tema nos últimos anos.

Palavras Chave: Censura Prévia; Liberdade de Expressão; Notícias Falsas; Eleições Gerais; Resolução nº 23.714 TSE.

ABSTRACT

The purpose of this final paper is to discuss the content of Resolution 23.714/2022 from the TSE, in its scope and highlight its impact on freedom of expression in its various aspects of law. The articles of the Resolution will be analyzed in relation to the Principle of the Democratic Rule of Law, along with all the normative achievements at the national and international levels. The jurisprudence regarding the decision of the STF in relation to ADI n. 7261 filed on October 21, 2022 by the Attorney General of the Republic, Augusto Aras, will also be evaluated for the purpose of understanding. Thus, the implications of technological advances and the speed of information dissemination can be observed in a critical manner, and without impunity for those who use mechanisms to spread hatred through discrimination against minorities, or even the spread of Fake News, without disrespecting the fundamental rights expressed in Article 5 of the Brazilian Federal Constitution, together with international treaties and agreements, such as the American Convention on Human Rights. Moreover, emphasis will be given to election periods, in which the Electoral Justice reserves competence for the maintenance of integrity throughout its extension, since in this interval, public opinions are motivated in hyperboles and subterfuges of both candidates and voters, so that not always the information conveyed is truthful and the exaggeration of emotions fosters an environment of influence on citizens' ideas. For the development of this paper, descriptive research was used through a bibliographic survey related to the objective, using a combination of normative, doctrinal, and documentary sources, bringing above all jurisprudential analysis. The qualitative approach will be used through deductive method, starting from a general premise, to obtain in its conclusion, an individual premise. With regard to normative sources, the Brazilian Federal Constitution of 1988, Resolution No. 23,714/22 of the TSE, the Electoral Code, among other sources of national and international law will be used primarily. As for doctrinal sources, a review of the bibliography of modern and classic constitutionalists will be used, regarding what has been produced on the topic in recent years.

Keywords: Prior restraint; Freedom of Expression; Fake News; General Elections; Resolution n. 23.714 TSE.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	SOBRE O DIREITO FUNDAMENTAL À MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO E AO ACESSO À INFORMAÇÃO	11
2.1	CONCEITO E FUNDAMENTO HISTÓRICO, POLÍTICO E JURÍDICO	11
2.2	A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COMO FUNDAMENTO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO	14
2.3	OS LIMITES DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO: CENSURA PRÉVIA E FAKE NEWS.....	17
3	PROPAGANDA POLÍTICA E MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO EM PERÍODO ELEITORAL.....	25
3.1	NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	25
3.2	IMPrensa NO PROCESSO DEMOCRÁTICO	28
3.3	COMBATE À DESINFORMAÇÃO: INFOEXCLUSÃO E O SILENCIAMENTO INFORMACIONAL	31
4	ANÁLISE DA RESOLUÇÃO 23.714/2022 QUANTO A SUA (IN) CONSTITUCIONALIDADE.	34
4.1	NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	34
4.2	COMPETÊNCIA DO TSE PARA REGULAMENTAR AS PROPAGANDAS POLÍTICAS	36
4.3	JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL FRENTE À CENSURA PRÉVIA NA AÇÃO DECLARATÓRIA DE INCONSTITUCIONALIDADE 7261.	40
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
	REFERÊNCIAS	49

1 INTRODUÇÃO

Em 21 de outubro de 2022, foi ajuizada pelo Procurador Geral da República, Augusto Aras, Ação Direta de Inconstitucionalidade com pedido de liminar em face dos arts. 2º, caput e §§ 1º e 2º; Art. 3º, caput, 4º, 5º, 6º e 8º da Resolução 23.714, de 20.10.2022, do Tribunal Superior Eleitoral –TSE, que “dispõe sobre o enfrentamento à desinformação que atinja a integridade do processo eleitoral”.

Nessa Ação, foi discutida a inconstitucionalidade perante os direitos fundamentais à manifestação do pensamento e o acesso à informação, uma vez que foram adotadas pelo judiciário medidas supostamente austeras quanto à divulgação de certas notícias e opiniões nos variados canais de acesso à informação, sob a justificativa de preservar a integridade das eleições.

Surge então, ênfase ao debate contra à censura prévia e a liberdade de manifestação do pensamento e do acesso à informação, já que em um Estado Democrático de Direito, não há democracia sem a pluralidade de ideias. Contas em redes sociais foram suspensas, canais no Youtube foram desmonetizados e canais de informação online, como a Jovem Pan, sofreram sanções pelo Tribunal Superior Eleitoral, uma vez que supostas distorções e alegações falsas foram afirmadas contra o atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva (BRÍGIDO; NETTO, 2022).

A promulgação da Constituição Federal de 1988 trouxe como característica do Estado brasileiro, após o período da ditadura militar no país - 1964 a 1985, a instalação de um Estado de Direito, democratizado, consoante traz em seu Art. 1 - “*Art. 1º. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito*”. Ademais, frisa-se que a etimologia da palavra “democracia”, tem origem em duas palavras gregas: DEMOS, que significa povo, distrito, e KRATOS, domínio, poder, ou seja, “poder do povo”. Logo, evidente é a essencialidade da participação popular, seja mediante às eleições, seja com a manifestação do livre pensamento nos canais de comunicação.

O Estado de Direito se caracteriza pela proteção aos direitos humanos e a plenitude desse sistema é garantida quando for efetiva a participação popular. Por esse lado, não à toa o Brasil é signatário da Convenção Americana sobre Direitos Humanos que dispõe em seu Art. 13, inciso III, que “*Não se pode restringir o direito de expressão por vias ou meios indiretos, tais como o abuso de controles oficiais ou particulares de papel de imprensa, de frequências radioelétricas ou de equipamentos e aparelhos usados na difusão de informação (...)*” (CIDH,

1969). Por outro lado, “*a arbitrariedade é conduta antijurídica praticada por órgãos da administração pública e violadora de formas do direito*”, segundo expõe o jurista Paulo Nader (NADER, 2002, p. 25), e, por ação ou omissão, abusar das competências formais ou materiais previstas na CRFB/88.

A liberdade de expressão e informação viabiliza a opinião pública pluralista e fomenta a plenitude de uma democracia participativa e representativa, sendo qualquer meio de censura inconstitucional, conforme demonstra a Constituição Federal de 1989 em seu Art. 5, inciso IX: “*é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença*”. Razoável, portanto, a divulgação de ideias, informações, críticas, sugestões (...) nos meios de comunicação de massa, incluindo nesse rol, as redes sociais viabilizadas com o uso da internet, vez que essas fazem parte da rotina de aproximadamente 90% dos brasileiros, conforme dados do IBGE coletados em 2021 (NERY; BRITTO, 2022).

No entanto, no ano das Eleições Gerais de 2022, ou seja, para decidir quem iria ocupar os cargos de representação do povo como presidente da República, governador, senador, deputado federal, deputado estadual ou deputado distrital, o debate político entre os cidadãos foi minuciosamente fiscalizado, sob o viés do combate às Fake News e a desinformação.

As “Fakes News”, termo em inglês para “notícias falsas”, consistem em dados presumidamente inverídicos, cuja ocorrência em período eleitoral poderia induzir os cidadãos em suas escolhas e macular a disputa entre os candidatos eleitos. Em 2017 esse termo foi eleito pelo dicionário da editora britânica Collins como a palavra do ano, como decorrência da campanha eleitoral do ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (BBC, 2017). Assim, para que isso fosse evitado, de maneira que a integridade do processo eleitoral fosse mantida, a suspensão ou bloqueio de contas de usuários comuns ou não na internet poderia ser determinadas pela Justiça Eleitoral, e até mesmo, a pena de pagamento de multa no valor de R\$ 100.000,000 (cem mil reais) até R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) por hora de descumprimento de decisão poderiam ser ordenadas, com fundamento no Art. 2, §1, da Resolução nº 23.714, do TSE.

Acrescente-se que, antes da resolução acima, em 4 de agosto de 2021, fora aprovada a Lei 14.192/21 proposta pelo presidente Jair Messias Bolsonaro a fim de “dispor sobre os crimes de divulgação de fato ou vídeo com conteúdo inverídico no período de campanha eleitoral”. Assim, o Art. 323, *caput*, fora acrescido no Código Eleitoral na seguinte redação: “*Divulgar, na propaganda eleitoral ou durante período de campanha eleitoral, fatos que sabe inverídicos em relação a partidos ou a candidatos e capazes de exercer influência perante o eleitorado*”,

e, então, fixou a pena de detenção de dois meses a um ano, ou pagamento de 120 a 150 dias-multa, com aumento de pena àqueles que divulgarem informações por meio da imprensa, rádio, ou televisão, ou por meio da internet, ou de rede social (...).

Compete à União legislar privativamente em matéria de Direito Eleitoral, tal como expõe o Art. 22 da CRFB/88, de forma que não haveria de se falar em vício de formalidade na Lei 14.192/21. Por outro lado, ao analisar a materialidade da referida Lei e da Resolução nº 23.714, do TSE, a liberdade de expressão e o direito à informação são restringidas e, portanto, contrárias são em face da Constituição Federal de 1988. De certo é que, ilegalidades devem sofrer as penalidades cabíveis, por sua vez, impedir a manifestação livre de pensamento em período eleitoral pode ser percebido como coerção da pluralidade política, a qual atua em parceria com o sistema democrático. Do mesmo modo, a capacidade do TSE, por meio da Resolução em debate, suspender contas dos usuários quando percebida a publicação contumaz de informações falsas ou descontextualizadas sobre o processo eleitoral, configura privação do exercício da cidadania nas praças públicas da internet.

O descontentamento com a Administração Pública existe, e para que haja eficiência, faz-se necessário o debate público. Nesse viés, consoante o Art. 1, parágrafo único, da CRFB/88, questiona-se: Se *“todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”*, por que não permitir que os cidadãos influenciem no eleitorado? A menos que não exista uma democracia ou que essa seja mitigada.

Na história brasileira, a censura prévia marcou forte presença no início da ditadura militar, em 1965, com a criação do AI5 – Ato institucional número 5 (cinco), em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva. Como objetivo, de acordo com o preâmbulo desse Ato Institucional, estava a preservação da ordem, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do País (...) - *“no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo”*. Não obstante se tratar de um regime político autoritário, percebe-se sintonia ao contexto atual quando há o controle da liberdade de expressão em período eleitoral para preservar a integridade, à ordem ou a segurança da eleição.

É verdade que tanto a Resolução nº 23.714, do TSE quanto o Art. 323, *caput* da Lei 4.737/65 – Código Eleitoral, são intencionadas em boa-fé para que haja eleições justas, sem desequilíbrios e subterfúgios. Nesse sentido, o ministro Edson Fachin do Supremo Tribunal Federal entende que o enfrentamento do “complexo fenômeno da desinformação e de seus impactos eleitorais” precisa ser assegurado pelo TSE, além de que este órgão agiu conforme

sua competência e nos limites da Constituição Federal, opinião esta predominante. Em outro sentido, porém com apoio minoritário, o Ministro Nunes Marques entendeu que houve conceitos indeterminados na Resolução do TSE, de forma que diversas aplicações poderiam ser resultadas pelos julgadores, e conseqüentemente, o abuso de poder em face da liberdade de expressão correria o risco de surgir. No mesmo viés, o ministro André Mendonça compreendeu a configuração de censura prévia quando a “*norma, para evitar nova manifestação que possa configurar um ilícito, tolhe a possibilidade de qualquer manifestação*” (BRASIL, 2022a).

Sob os ditames da Teoria da Separação dos Três Poderes desenvolvida pelo filósofo Montesquieu, o Estado exerceria funções distintas que estariam intimamente conectadas, mediante três órgãos distintos, autônomos e independentes entre si (LENZA, 2021, p. 551). Desse modo, na perspectiva das funções típicas, resumidamente, caberia ao órgão do poder legislativo exercer a função legiferante; o poder executivo os atos de administração, bem como prática de atos de chefia de Estado e de governo; e o poder judiciário julgar, decidir o direito no caso concreto, e construir a jurisprudência.

Posto isso, ao poder judiciário, nas quais o STF e o TSE estão incluídos, é reservada a atribuição da interpretação da lei, da hermenêutica e da aplicação da ponderação de direitos. É natural, portanto, que haja divergência nos entendimentos dos ministros, assim como, entre os cidadãos brasileiros. Todavia, para a aplicação de leis, diretrizes deverão ser observadas. Não cabe ao julgador, portanto, interpretar a lei conforme as suas particulares convicções e de forma que possa implicar na função do poder legislativo ou do executivo, o “*system of checks and balances*”, teorizado pelo filósofo Montesquieu, e, aplicado nas democracias modernas, deve ser observado de modo que não haja usurpação de poderes pela administração pública.

A justificativa do presente trabalho é fazer uma análise da constitucionalidade dos atos da Administração Pública frente aos direitos fundamentais garantidos na Constituição Federal, em especial a liberdade de expressão e o direito à informação, quando em período de eleição, vez que a pluralidade de ideias permite a plenitude do regime democrático de direito. Assim, busca-se debater as jurisprudências do Supremo Tribunal Federal nos períodos eleitorais dos anos de 2010, 2014, 2018 e 2022 e ao final, perceber a tendência política do país e se essa respeita o Estado Democrático de Direito, resguardado pela Lei Maior.

2 SOBRE O DIREITO FUNDAMENTAL À MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO E AO ACESSO À INFORMAÇÃO

2.1 CONCEITO E FUNDAMENTO HISTÓRICO, POLÍTICO E JURÍDICO

O direito à liberdade de expressão, desdobrado em várias modalidades, mas especificamente o direito à manifestação do pensamento e ao acesso à informação estão consagrados no Art. 5, IV, IX e Art. 220 da CRFB/88 e consistem em ferramentas essenciais para a construção de um Estado Democrático de Direito. Por essenciais, são, portanto, fundamentais e de ordem pétrea, de maneira que não são permitidas emendas à constituição que as revoguem ou modifiquem, tal qual previsto no Art. 60, §4, IV, da CRFB/88. Ademais, a liberdade de expressão, como reflexo da expressão da dignidade humana, da cidadania e do pluralismo político, fundamenta o Estado brasileiro, nos termos do Art. 1º, *caput*, II, III, V, da Carta Política.

Caracterizam-se, também, em direitos fundamentais de primeira geração ou dimensão, também conhecidos como, direitos individuais ou liberdades civis, vez que exigem a abstenção do Estado para que as liberdades individuais sejam respeitadas. Consoante Paulo Bonavides (BONAVIDES, 2004, p. 563-564), jurista, “*os direitos de primeira geração ou direitos de liberdades têm por titular o indivíduo, são oponíveis ao Estado, traduzem-se como faculdades ou atributos da pessoa e ostentam uma subjetividade*”. Isso significa que, em uma linha evolutiva dos direitos, sob o lema da Revolução Francesa – “*liberté, égalité, fraternité*” - esses direitos são oponíveis ao Estado, uma vez que estabelecem limites ao poder estatal, de modo a garantir a proteção e a defesa das liberdades individuais, além de que, surgem em decorrência da busca por um Estado de Direitos em oposição a um Estado Autoritário.

A evolução do Estado brasileiro comportou 7 (sete) constituições, sejam elas as de 1824, 1946, 1967 e a de 1988. Sob a ótica de Paulo Bonavides, essas cartas políticas poderão ser analisadas em “três épocas constitucionais do Brasil”. Segundo esse autor, as constituições brasileiras poderão ser analisadas sob os ditames da Revolução Francesa e os ideais liberais, com a outorga da Constituição de 1824 pelo imperador Dom Pedro I e a garantia dos direitos individuais e políticos, ou seja, os que estão relacionados aos direitos da 1ª geração ou dimensão. Em seguida, surge o constitucionalismo da primeira república, por adotar o modelo americano do federalismo e presidencialismo (BONAVIES, 2004, p. 364), de modo que o Estado liberal encontrou sua concretude, com a utilização de “*todas aquelas técnicas de exercício da autoridade preconizadas na época pelo chamado ideal de democracia*

republicana” (BONAVIES, 2004, p. 365). Nesse período, marcaram à época as constituições de 1891 e 1930. Por último, viria o constitucionalismo do Estado Social, com o advento da influência da Constituição de Weimar (BONAVIES, 2004, p. 366), as quais fizeram manifestar as constituições de 1934 e a atual constituição de 1988. Pelo contexto social à época, os direitos sociais exigiram reconhecimento, marcadamente pelos valores sociais do trabalho, da previdência e da atuação positiva do Estado para garanti-los.

A elucidação dessa breve evolução do constitucionalismo brasileiro tem como finalidade compreender o contexto histórico marcado em cada período e conseqüentemente, compreender o posicionamento do direito à liberdade de expressão do pensamento e ao acesso à informação, nos parâmetros do movimento conhecido como “constitucionalismo”.

Segundo Canotilho (CANOTILHO, 2003), o constitucionalismo consiste em “*uma teoria (ou ideologia) que ergue o princípio do governo limitado indispensável à garantia dos direitos em dimensão estruturante da organização político-social de uma comunidade*”. Nessa perspectiva, a constituição junto aos direitos fundamentais que se preserva, estaria acima de todo o ordenamento jurídico e inclusive, acima dos detentores do poder, o povo.

Nessa lógica, Hans Kelsen, na obra “Teoria Pura do Direito” (KELSEN, 2009), a partir de questionamentos como “*O que é que fundamenta a unidade de uma pluralidade de normas? por que é que uma norma determinada pertence a uma determinada ordem?*” chega a uma conclusão: as normas jurídicas obedecem a uma hierarquia de valor, em que acima de todas estariam as normas fundamentais, cuja constituição deveria ser fundamentada. Isto é, sem a premissa maior do direito fundamental, não haveria a *conditio per quam*, a condição pela qual, ou o “*dever-ser*”, que faz o indivíduo estar vinculado a uma norma.

No entanto, embora a liberdade de expressão seja uma premissa maior, não se pode afirmar que ela seja absoluta, vez que não existe hierarquia entre as próprias normas fundamentais. Nesse viés, em uma situação de conflito entre essas, métodos de interpretação deverão ser utilizados, como a ponderação, a jurisprudência, a hermenêutica jurídica. O direito à liberdade de expressão, portanto, é relativo e permite que seja afastado para que outros direitos fundamentais possam prevalecer.

Ocorre que esses métodos de aplicação do direito à liberdade de manifestação do pensamento e do acesso à informação geram repercussões entre à sociedade, seja porque há que o defenda sob os ditames do liberalismo clássico, e há aqueles que o entendem sob uma perspectiva do Estado Social de Direito. Como resultado, a liberdade é visualizada como mais ou menos irrestrita.

Enquanto República Federativa Presidencialista em um Estado Democrático de Direito, o Brasil exige a liberdade de manifestação de pensamento e opinião, assim como, o acesso à informação. É inimaginável que, para a manutenção dessa ordem organizacional de Estado, não houvesse o protagonismo do povo, afinal, a forma e o regime de governo adotado exigem essa participação. Conforme a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH, 1985), uma sociedade que não possui a liberdade de expressão como um de seus pilares, não é plenamente livre:

A liberdade de expressão é uma pedra angular na própria existência de uma sociedade democrática. É indispensável para a formação da opinião pública. É também *conditio sine qua non* para que os partidos políticos, os sindicatos, as sociedades científicas e culturais e, em geral, quem deseje influir sobre a coletividade, possa se desenvolver plenamente. É, enfim, condição para que a comunidade, na hora de exercer suas opções, esteja suficientemente informada. Deste modo, é possível afirmar que uma sociedade que não está bem informada não é plenamente livre.

No entanto, é sabido que as notícias falsas ou “fake News”, pandemia de ordem global, podem ter um impacto significativo no período eleitoral, na medida em que possuem o poder de influenciar a opinião pública e distorcer a percepção dos eleitores quanto aos candidatos e as suas propostas o que, conseqüentemente, pode levar a decisões equivocadas nas urnas e prejudicar a democracia.

Diferentemente dos simples boatos, as Fake News são mais amplas e perigosas na medida em que o canal de comunicação inclui tanto notícias falsas publicadas em sites, quanto mídias sociais ou mensagens de textos. Nesse viés, embora os boatos e as Fake News sejam frequentemente intercambiáveis, vez que têm como núcleo central a divulgação de informações falsas, a proporção do dano causado por notícias falsas pode chegar a níveis catastróficos.

Difamação de candidatos, propaganda enganosa, criação de polarização e desconfiança nas instituições são apenas uns dos diversos elementos em que a avalanche das notícias falsas pode repercutir. Sendo assim, razoável é a união dos recursos legais possíveis para que haja o estanque e a devida responsabilização daqueles que as financiam seja de forma direta ou indireta.

A compreensão jurisprudencial de certas limitações na divulgação de notícias é, todavia, polêmico. Acima de tudo, porque numa democracia, a liberdade de exteriorizar o pensamento e as informações é um pilar de sua estrutura. Admite-se, no entanto, de forma sabida entre os juristas brasileiros, a aplicação de técnicas de interpretação da hermenêutica, quais sejam pelo método gramatical, lógico, sistemático, histórico, sociológico, teleológico e axiológico.

Dessa forma, embora a liberdade de expressão seja, em suas diversas modalidades, imprescindível para a constituição de uma República Federativa em um Estado Democrático de

Direito, a garantia e incidência desse direito deverão ser sopesadas de modo de outros direitos não sejam atingidos. Nesse viés, a Resolução 23.714/2022 do TSE trouxe diversos dispositivos de forma a regulamentar o movimento de opiniões no período eleitoral, mas, por sua vez, outros institutos da ordem jurídica brasileira foram escanteados, como a própria Constituição Federal, o Código Civil e o Código Penal.

2.2 A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COMO FUNDAMENTO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO

O ser humano é o fundamento do Direito. Consoante Eugen Ehrlich, na obra de sua autoria, *Fundamentos da Sociologia do Direito*, “*o fundamental no desenvolvimento do Direito não está no ato de legislar, nem na jurisprudência ou na aplicação do direito, mas na própria sociedade*”. Isto é, o ser humano configura-se como o valor maior das ciências jurídicas e não existe direito sem a sociedade ou o indivíduo, vez que o Direito é criado pelo ser humano com destino a ele mesmo, “o Direito não tem existência em si próprio. Ele existe na sociedade”, tal como leciona o jurista Paulo Nader (NADER, 2002).

Posto isso, todos os princípios, costumes, doutrina, legislação, jurisprudência (..) estão voltados para o homem. Por conseguinte, a existência digna do ser humano é condição intrínseca da sua própria existência, nas palavras de Ingo Wolfgang Sarlet (SARLET, 2001), a dignidade humana trata-se de um “complexo de direitos e deveres fundamentais que asseguram a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano”.

O conceito de vida digna encontra-se estreitamente relacionado à dignidade da pessoa humana, um princípio fundamental consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, cujo preâmbulo afirma o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana como fundamento da liberdade, justiça e paz no mundo. No mesmo sentido, a Constituição brasileira de 1988 também reconhece a dignidade da pessoa humana como um valor intrínseco e inalienável de cada indivíduo, servindo como alicerce para a construção e interpretação dos direitos e garantias fundamentais.

Portanto, entende-se uma vida digna quando os direitos fundamentais, respaldados por instrumentos normativos internacionais e nacionais, são respeitados, garantidos e promovidos, de maneira que cada pessoa possa desenvolver seu potencial humano e viver com respeito, liberdade e igualdade perante os demais membros da sociedade. Embora o conceito de vida digna possa variar em função das particularidades culturais e sociais de cada país, existem

elementos essenciais que compõem essa noção, como o acesso à saúde, educação, moradia adequada, trabalho e renda, segurança, participação social e política, igualdade e não discriminação.

O desenvolvimento da vida em sua plenitude corresponde a um valor essencial para a condição do homem, cuja influência da justiça e autodeterminação são indispensáveis. Por autodeterminação, segundo o dicionário Michaelis (AUTODETERMINAÇÃO, 2023), trata-se da ideia da “decisão ou determinação que se toma livremente, sem a influência de outrem” ou “faculdade de um povo determinar, pelo livre exercício do voto, o próprio destino político”. No entanto, essas influências são mutáveis no decorrer do tempo, o que colabora a diferentes necessidades ao interesse público, de modo que novos valores sociais são originados.

A princípio, a partir do século XVIII, o lema francês *liberté, égalité e fraternité*, com origem na Revolução Francesa, marcou o início da história contemporânea e trouxe a concepção da ordem democrática no viés liberal do moderno constitucionalismo. Em um contexto em que o absolutismo imperava, a luta contra qualquer tipo de intervenção do Estado trouxe a liberdade como um poder de autodeterminação necessário à dignidade do homem. Nasce, então, os direitos de 1ª geração ou dimensão, cuja doutrina entende que dizem respeito às “liberdades públicas e aos direitos políticos, ou seja, direitos civis e políticos a traduzir o valor da liberdade” (LENZA, 2021, p. 1160).

Surge então, uma relação jurídica entre o indivíduo/sociedade, sujeito ativo e portador do direito subjetivo, e o Estado, sujeito passivo e titular do dever jurídico de se abster na esfera das liberdades individuais e coletivas. Nesse sentido, pode-se afirmar que ao sujeito ativo desta relação, será permitido o direito de exigir um comportamento negativo em face do Estado, como o direito à liberdade de manifestação de opinião e informação, vedado o anonimato e sem qualquer tipo de censura, garantido entre os dispositivos do Art. 5, IV, IX, XIV, Art. 220, §1, §2, da CRFB/88, dentre outros.

Dessa forma, a constituição da dignidade humana em sua plenitude carece, em primeiro plano da livre manifestação do pensamento, da opinião, do recebimento de informações. Sendo inclusive, parte do que objetiva a Declaração Universal dos Direitos Humanos, elaborada pela ONU em 1948, de que Brasil é signatário. Dessa forma, conforme o Art. 19, da DUDH, “*Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras*”.

No entanto, alguns sopesamentos são necessários, vez que nenhum direito fundamental é absoluto. Na medida em que os direitos de 1ª geração ou dimensão exigem esse comportamento negativo do Estado para que a sociedade expresse sua humanidade plena de forma digna, outras necessidades também urgem de importância, já que a irrestrita reivindicação de direitos, sem balancear os deveres, levam a desproporcionalidades e a totalitarismos.

Dessa forma, embora a dignidade da pessoa humana exija a liberdade de expressão, outros direitos como a proteção à intimidade, privacidade, honra e imagem, precisam ser considerados e não é somente com a abstenção do Estado em que todos os interesses serão garantidos.

Em situações complexas e desafiadoras, conhecidas como "hard cases", o Judiciário brasileiro é confrontado com a árdua tarefa de harmonizar os direitos fundamentais sem desfavorecer um em benefício de outros. Para alcançar tal equilíbrio, é imprescindível que os magistrados observem princípios e diretrizes que permitam a ponderação e a conciliação desses direitos, de maneira a garantir a justiça e a efetividade dos direitos protegidos pela Constituição.

A aplicação do princípio da proporcionalidade desempenha um papel crucial nesse processo, uma vez que permite análises justas e equilibradas, contemplando a adequação, a necessidade e a proporcionalidade em sentido estrito das medidas adotadas. Ao mesmo tempo, é essencial que os juízes interpretem as normas infraconstitucionais em consonância com a Constituição, a fim de assegurar conformidade com os princípios e valores constitucionais, promovendo a harmonização dos direitos fundamentais em questão.

Outro aspecto relevante é o princípio da máxima efetividade dos direitos fundamentais, segundo o qual o Judiciário deve empenhar-se na garantia da realização desses direitos ao máximo, evitando decisões que possam comprometê-los. Além disso, a análise do contexto e das circunstâncias específicas do caso concreto possibilita uma avaliação mais precisa e aprofundada dos direitos fundamentais envolvidos, bem como a identificação de soluções mais justas e adequadas à realidade apresentada.

Por fim, é fundamental que o Judiciário esteja aberto ao diálogo com outros órgãos e instituições e a própria sociedade, para que haja a construção de decisões que respeitem e considerem a atuação dos demais poderes e entidades envolvidas. Essa abordagem colaborativa contribui para a elaboração de soluções mais eficazes e harmônicas em relação aos direitos fundamentais em conflito, como é o caso entre os limites do direito à liberdade de expressão para com os direitos da personalidade, dos crimes à honra, a igualdade política, igualdade de

oportunidades, paridade de armas aos candidatos e aos partidos políticos, a legitimidade do processo eleitoral e a liberdade de expressão político-eleitoral.

Dessa forma, ao observar tais orientações, o Judiciário brasileiro estará apto a enfrentar os "hard cases" e promover a harmonização dos direitos fundamentais, de modo que o ser humano possa constituir uma vida digna sem que haja a cessão de um direito fundamental em benefício de outro.

2.3 OS LIMITES DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO: CENSURA PRÉVIA E FAKE NEWS

Na história brasileira, a censura prévia marcou forte presença no período da ditadura militar (1964-1985), cujo marco legal foi a criação do AI5 – Ato Institucional número 5 (cinco), em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva. De acordo com o preâmbulo desse Ato, a preservação da ordem, da segurança, da tranquilidade, do desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do País, estavam como principais objetivos, de modo a combater “(...) *a subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo*”.

Nesse período, a liberdade da manifestação do pensamento era escancaradamente limitada e controlada mediante órgãos e instrumentos legais, como a lei de imprensa de 1967, para que uma parcela da sociedade se mantivesse no poder. No entanto, em função do Estado Democrático de Direito, adotado pela Constituição Federal brasileira de 1989, a liberdade de expressão se encontra como uma extensão dos fundamentos previstos no Art. 1 da CF/88, como a cidadania, a dignidade da pessoa humana e o pluralismo político, de modo que a censura é vedada, tal qual se extrai do Art. 5, IX e Art. 220, §2 da Lei Maior.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, **independentemente de censura ou licença;**

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição. § 2º **É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.**

O vocábulo “censura”, conforme se extrai do dicionário Houaiss (HOUAISS, 2009, p. 435-436), tem como significados o “ato ou efeito de censurar”; “restrição à publicação”; “juízo desfavorável, desaprovação, discordância; “advertência severa, enérgica, exprobração, repreensão”. Somado a isso, poderá ser entendido como o grau de incidência do Estado Democrático de Direito quanto aos fundamentos previstos no Art. 1, II, III, V, da CRFB/88, ou seja, da cidadania, dignidade da pessoa humana e o pluralismo político. Nesse viés, quanto maior o Estado Democrático de Direito, menor deverá ser a censura.

Essa visão surge com o nascimento do Constitucionalismo Moderno, durante a Idade Contemporânea, cuja Constituição norte-americana de 1787 e a francesa de 1791 formaram os marcos históricos desse início (LENZA, 2021, p. 50). As liberdades individuais, segundo essa concepção, são invioláveis e o absentéismo estatal é exigido para que o povo possa exercer a titularidade legítima do seu poder em contraposição ao Estado. A Primeira Emenda à Constituição dos Estados Unidos remete essa ideia, na medida em que aduz que O Poder Legislativo é proibido de promulgar qualquer legislação que concerne à institucionalização de uma religião, à limitação do livre exercício das práticas religiosas, à restrição da liberdade de expressão e comunicação midiática, bem como à obstrução do direito dos cidadãos de se organizarem pacificamente e solicitarem ao Estado a resolução de demandas e insatisfações.

Trata-se, portanto, de uma visão liberal clássica, em que o indivíduo é hipervalorizado em detrimento do Estado, e exige-se uma função negativa deste, de abstenção perante o sujeito de direitos. A perspectiva do liberalismo clássico encontra suas fundações na era do Iluminismo e no evento histórico da Revolução Francesa. O Iluminismo, um movimento intelectual do século XVIII, propiciou o questionamento das tradições arraigadas e do poder absolutista monárquico, enquanto incentivava a aplicação da razão, o espírito crítico e o debate dialético na busca pelo avanço científico e social. Este contexto fomentou o surgimento de filósofos emblemáticos como John Locke, Montesquieu, Voltaire e Rousseau, cujas obras destacavam valores intrínsecos ao liberalismo, tais como a autonomia individual, a isonomia perante a legislação e a concepção do contrato social.

A Revolução Francesa (1789-1799) representou um divisor de águas na propagação do liberalismo clássico, sendo caracterizada por um período de profunda transformação política e social, que culminou na derrocada da monarquia absolutista e no estabelecimento de um regime pautado nos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade. A promulgação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, adotada no auge da revolução, consagrou muitos desses preceitos liberais e instigou movimentos revolucionários ao redor do globo.

Portanto, a visão liberal clássica configura-se como uma abordagem política que preconiza a salvaguarda das liberdades individuais, a igualdade jurídica, a preservação dos direitos inalienáveis e a contenção do poder estatal. Essa perspectiva tem suas raízes fincadas no Iluminismo e foi consolidada a partir da Revolução Francesa, que difundiu amplamente os princípios liberais e pavimentou o caminho para a instauração das democracias contemporâneas.

No dizer de Anthony Lewis, emérito professor da Escola de Direito de Harvard, *“liberdade para dizer e escrever o que se quer é uma necessidade inescapável da democracia americana”* (LEWIS, 2011). Dessa forma, em uma democracia, a liberdade de expressão é um princípio fundamental e as pessoas têm o direito de expressar suas opiniões livremente. No entanto, em casos excepcionais, pode haver restrições a essa liberdade, mas sempre respeitando os limites estabelecidos pela Constituição. Ou seja, a liberdade de expressão é a norma, mas existem limites legais que devem ser seguidos para garantir o respeito e a convivência harmoniosa entre os cidadãos.

Em contraponto a visão clássica liberal, a segunda geração de direitos constitucionais, traz uma ideia de Estado Social de Direitos, a exigir uma postura positiva do Estado para mitigar as desigualdades sociais e garantir o princípio da isonomia. Nesse espectro, a liberdade de expressão irrestrita como condição a dignidade humana é reanalisada na medida em que outros direitos de grupos “subalternos” e excluídos também deveriam coexistir, tais quais os direitos sociais garantidos pelo Art. 6 da Constituição Federal, *“São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social (...)”*.

O Estado Social de Direitos representa uma evolução do Estado Liberal de Direitos, no qual o Estado adota uma postura mais proativa na promoção do bem-estar social e na garantia de direitos fundamentais, tais como saúde, educação, trabalho e previdência social. Neste modelo, o Estado almeja corrigir as falhas e atenuar as desigualdades sociais por meio de políticas públicas e redistribuição de recursos.

Embora o conceito de Estado Social de Direitos não tenha sido formulado diretamente por Karl Marx e Friedrich Engels, é possível fundamentar essa análise à luz de suas teorias políticas, econômicas e sociais. Marx e Engels, em suas obras, denunciavam a exploração dos trabalhadores e a desigualdade gerada pelo sistema capitalista, defendendo a necessidade de

uma revolução proletária para estabelecer uma sociedade socialista e, subsequentemente, comunista.

Sob a perspectiva marxista, é possível estabelecer algumas correlações entre o Estado Social de Direitos e as preocupações de Marx e Engels com a classe trabalhadora. Ambos, Estado Social de Direitos e marxismo, reconhecem que o capitalismo engendra desigualdades e injustiças sociais. Nesse sentido, o Estado Social de Direitos procura abordar essas questões por intermédio de políticas públicas e redistribuição de recursos. Além disso, o Estado Social de Direitos objetiva garantir melhores condições de vida e laborais aos trabalhadores, aspecto que Marx e Engels consideravam essencial para a emancipação do proletariado.

Outra correlação importante é a crítica ao *laissez-faire*. Marx e Engels criticavam o liberalismo econômico e a noção de que o mercado, sem intervenção estatal, conduziria ao bem-estar social. O Estado Social de Direitos, por sua vez, também rechaça essa premissa e defende a atuação estatal para sanar as falhas do mercado e promover a justiça social. Essas correlações evidenciam a preocupação comum de ambas as perspectivas em relação à desigualdade social e à proteção da classe trabalhadora, embora adotem abordagens distintas para enfrentar esses desafios.

Na ótica de Riva Sobrado e Matheus Felipe (FREITAS; CASTRO, 2013), “*a ideia do reconhecimento dos mais variados grupos sociais implicou a necessidade de garantir a liberdade de expressão para esses segmentos minoritários como forma de viabilizar sua participação política*”. Por essa perspectiva, garantir-se-á a pluralidade de ideias políticas e a devida inclusão da sociedade para com os direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal.

Ocorre que não existe direito fundamental absoluto, conforme se extrai da decisão colegiada do Supremo Tribunal Federal, em face da ADPF 496 do DF, “*De acordo com a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos e do Supremo Tribunal Federal, a liberdade de expressão não é um direito absoluto*” (BRASIL, 2020). Por isso, a manifestação do pensamento e de opinião não é irrestrita e ilimitada, de modo que ao ultrapassar certos limites, sanções de ordem penal, civil ou administrativa poderão ocorrer. Imprescindível, então, a constante observação pelo judiciário, mediante uma complexa interpretação, do caso concreto no contexto em que se está inserido, até porque os princípios garantidos pela Lei maior não serão sempre harmônicos entre si.

Quanto a integridade do período eleitoral e a coexistência dos direitos fundamentais, em decisão monocrática proferida pelo Ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, aduz que *“não há Estado de Direito nem sociedade livre numa democracia representativa que não preserve, mesmo com remédios amargos e limítrofes, a própria normalidade das eleições”* (BRASIL, 2022b). Isso porque, se a liberdade é exercida mediante falsa percepção da realidade, não existirá liberdade de fato, apenas de direito. A sociedade não será livre para opinar conforme a verdade real, mas com aquilo que é disposto para beneficiar uma parcela de indivíduos politicamente e economicamente interessados.

A busca pela verdade real é o caminho para que a liberdade seja exercida em sua maior amplitude. Não há debate eleitoral íntegro se as informações utilizadas não condizem com a realidade. Estar-se-ia, nesse ponto, diante de uma “cegueira”, tal qual a alegoria da caverna de Platão.

Ocorre que no ano das Eleições Gerais de 2022, houve um caso polêmico envolvendo a rádio Jovem Pan, uma vez que esta havia supostamente divulgado notícias de teor falso e descontextualizado contra um candidato as eleições em benefício a outro candidato. No entanto, por contrariar a legislação eleitoral, o Tribunal Superior Eleitoral proferiu acórdão no Direito de Resposta sob o número 0600922-17.2022.6.00.0000 (BRASIL, 2022c) o seguinte:

- a) os Representados se ABSTENHAM de promover novas inserções e manifestações sobre os fatos tratados nas Representações apresentadas e acima detalhadas, tanto na emissora de rádio Jovem Pan como no sítio eletrônico da representada na internet e no seu canal do *youtube*, sob pena de multa diária de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), por reiteração ou manutenção da conduta nos citados meios de comunicação, consoante disposto no art. 36, § 3º, da Lei nº 9.504/1997.
- b) conceder o direito de resposta à Representante, nos termos da Lei nº 9.504/1997, art. 58, § 3º, IV, “a” e da Resolução-TSE nº 23.608/2019, art. 32, IV, “d”, para que a resposta seja dada em até 02 (dois) dias, mediante emprego de mesmo impulsionamento de conteúdo eventualmente contratado, em mesmo veículo, espaço, local, horário, página eletrônica, tamanho, caracteres e outros elementos de realce utilizados na ofensa, nos termos requeridos

Quanto a censura prévia, argumenta-se nesse sentido quando há um controle preventivo, pela Administração Pública, em face de comunicações transmitidas que vão de encontro a certas ideias, normas ou princípios. Nesse sentido, a Resolução 23.714/2022 do TSE, com o intuito de combater a desinformação e mediante suspensão de contas e aplicação de multas, para preservar a integridade, a ordem e a segurança da eleição, tem sido alvo de discussões entre a sociedade e os próprios integrantes da administração pública.

Por força dessa Resolução, comentários humorísticos, boatos, opiniões duvidosas (...) foram supostamente colocados em vulnerabilidade quanto ao exercício do direito fundamental à liberdade de opinião e manifestação do pensamento. Contas em redes sociais foram e são suspensas ou bloqueadas, da mesma forma que foram declaradas determinações do TSE para desmonetizar canais no “Youtube”, e foram impostas multas a plataformas de mensagens em prol do combate à desinformação, o que configuraria, à primeira vista, imposição de censura prévia, ou até mesmo, “*censura ex post facto*” – a censura depois do fato.

Na “*censura ex post facto*”, não há limitação à expressão e informação, mas há o estabelecimento da responsabilidade ulterior daquele indivíduo ou pessoa jurídica que produziu a comunicação. Nesse sentido, destaca-se o Art. 2 Resolução 23.714/22 do TSE, em que o compartilhamento de fatos sabidamente inverídicos ou gravemente descontextualizados implicaria na determinação de remoção da URL, URI ou URN, sob pena de multa no montante de R\$100.000,00 (cem mil reais) a R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), assim como o Art. 5 da mesma Resolução, que permite a atuação do presidente do TSE “*ex officio*”, quando houver descumprimento reiterado do que determina o referido órgão.

Art. 2º É vedada, nos termos do Código Eleitoral, a divulgação ou compartilhamento de fatos sabidamente inverídicos ou gravemente descontextualizados que atinjam a integridade do processo eleitoral, inclusive os processos de votação, apuração e totalização de votos. § 1º **Verificada a hipótese prevista no caput, o Tribunal Superior Eleitoral, em decisão fundamentada, determinará às plataformas a imediata remoção da URL, URI ou URN, sob pena de multa de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a R\$ 150.000,00 (cem e cinquenta mil reais) por hora de descumprimento, a contar do término da segunda hora após o recebimento da notificação.**

Art. 5º **Havendo descumprimento reiterado de determinações baseadas nesta Resolução, o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral poderá determinar a suspensão do acesso aos serviços da plataforma implicada, em número de horas proporcional à gravidade da infração, observado o limite máximo de vinte e quatro horas.**

Posto isso, questionamentos são colocados em pauta entre os eleitores, candidatos e os próprios agentes da administração pública. Por entender-se um possível cerceio de garantias constitucionais, foi ajuizada, inclusive, a Ação Declaratória de Inconstitucionalidade de n. 7261, pelo Procurador Geral da República, Augusto Aras, com pedido de liminar em face dos arts. 2º, caput e §§ 1º e 2º; Art. 3º, caput, 4º, 5º, 6º e 8º da Resolução 23.714, de 20.10.2022, do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, que “dispõe sobre o enfrentamento à desinformação que atinja a integridade do processo eleitoral”.

Nessa Ação, foi discutida a inconstitucionalidade perante os direitos fundamentais à manifestação do pensamento e o acesso à informação, uma vez que foram adotadas pelo

judiciário medidas supostamente austeras quanto à divulgação de notícias e opiniões nos mais variados canais de acesso à informação, sob a justificativa de preservar a integridade das eleições. No entanto, não prosperou, uma vez que o Supremo Tribunal Federal decidiu a não existência de inconstitucionalidade na Resolução em comento, vez que *“a ausência de regras poderia ensejar abusos, sobretudo os patrocinados por detentores de poder econômico, e isso poderia desequilibrar perigosamente a corrida eleitoral”* (GOMES, 2016).

Ocorre que os esforços para o combate à desinformação, cuja Resolução 23.714/22 do TSE busca resolver, precisam ir além da suspensão de contas e imposições de multa em período eleitoral. Enfrenta-se entre as Nações uma pandemia de árdua extinção, as “Fake News”, de forma traduzida, notícias falsas, em que conseqüentemente, ramificam-se em outras problemáticas. Nesse viés, as novas formas tecnológicas de comunicação, embora muito tenham contribuído para a celeridade de informações e opiniões, têm influenciado em outros aspectos de caráter negativo que carecem de minuciosa análise para o efetivo combate à desinformação.

Nessa linha de raciocínio, pode-se mencionar duas problemáticas desenfreadas que urge por atenção da sociedade e da própria Administração Pública: a “Era da Pós Verdade” e a “Sociedade do Espetáculo”, cuja incidência é fomentada pelo avanço das “Fake News”. Diferentemente dos simples “boatos” ou “teorias”, as notícias falsas, divulgadas em massa pela internet, têm o poder de alterar a percepção da realidade, mediante montagens e subterfúgios, cuja intenção é “enganar e induzir os outros a acreditar em falsidades ou duvidar de fatos verificáveis” (MACKENZIE, 2020), consoante definição da Rede e Jornalismo Ético.

Esse mecanismo tem implicado no fenômeno em que a opinião pública é moldada mais pelas emoções, crenças e narrativas pessoais, do que pelos fatos objetivos e comprovadamente verídicos. A Era da Pós Verdade, nesse viés, conforme leciona o professor Byung Chul Han, é contaminada pelas “Fake News”, uma vez que *“notícias falsas, geram mais atenção do que fatos. Um único tuíte que contenha fake news ou fragmentos de informação descontextualizadas é possivelmente mais efetivo do que um argumento fundamentado”* (HAN, 2022, p. 25).

A “sociedade do espetáculo”, conceito desenvolvido pelo filósofo francês Guy Debord, é um dos primeiros fatores que precisam ser percebidos. Segundo Debord (DEBORD, 2007), existe na sociedade moderna, a predominância da imagem sobre a realidade concreta, em que a cultura e a economia se fundem em um sistema de espetáculo que aliena e manipula as pessoas. Nesse viés, apenas mediante a crítica e da subversão das estruturas existentes, poderia haver o rompimento dessa relação, a fim de existir uma sociedade mais justa e democrática. O combate a esse vírus, no entanto, exige tempo e investimento: educação, em todos os níveis, mas

principalmente na alfabetização midiática, de maneira a incentivar a população a avaliar as fontes de informação de forma crítica e a reconhecer a diferença entre fatos e opiniões.

3 PROPAGANDA POLÍTICA E MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO EM PERÍODO ELEITORAL

3.1 NOÇÕES INTRODUTÓRIAS

Conforme se extrai do Cambridge Dictionary, propaganda pode ser entendida como *“information or ideas that are spread by an organized group or government to influence people’s opinions”* (PROPAGANDA, 2023). Isto é, trata-se de um conjunto de informações ou ideias espalhadas para influenciar a opinião das pessoas. Em outro sentido, consoante o inciso I do Código de Ética dos Profissionais da Propaganda no Brasil, *“A Propaganda é a técnica de criar opinião pública favorável a um determinado produto, serviço, instituição ou ideia, visando a orientar o comportamento humano das massas num determinado sentido”*.

Nessa perspectiva, quando divulgada uma ideia, uma mensagem ou uma informação com o fim de convencer a opinião pública, ou até mesmo de conquistar os votos dos cidadãos, pode-se dizer que se está diante de uma propaganda política. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral, *“propaganda política são todas as formas de realização de meios publicitários que têm por objetivo conquistar simpatizantes ao conjunto de ideias de um partido e garantir votos”* (BRASIL, 2015).

Para isso, o convencimento do eleitor é segmentado em diferentes meios de comunicação, cada qual com restrições e permissões próprias, onde poderão ser encontradas, por exemplo, na Lei das Eleições n. 9.504/97, alterada pela Emenda Constitucional n. 97 de 2017, Lei dos Partidos Políticos n. 9.096/95, que ficou alterada em parte pela Lei 14.291/2022, no Código Eleitoral, na própria CRFB/88, jurisprudências, portarias e em resoluções elaboradas pelo TSE, como a Resolução 23.610/19 e a Resolução 23.714/2022 em comento.

Os Partidos Políticos, associações com o fim de representar ideais e interesses públicos, são fundamentais para a manutenção do Estado Democrático de Direito, cujo poder é emanado do povo. Conforme o constitucionalista Ingo Wolfgang defende, *“a democracia passou a ser cada vez mais e preponderantemente uma democracia partidária, especialmente (e logicamente) no contexto da assim chamada democracia representativa”* (SARLET; MARINONI; MITIDIERO, 2017). Sob essa ótica, é imprescindível o debate e a difusão de propostas, ideias e informações, para que tanto a opinião pública seja formada e os eleitores possam votar com maior consciência, quanto as finalidades de uma democracia sejam garantidas, de maneira a respeitar a pluralidade de ideias, independentemente de concordância.

Conforme se extrai do art. 17, §3 da CRFB/88, os partidos políticos poderão ter acesso gratuito ao rádio e a televisão, de modo que possam atingir a sociedade mediante o diálogo e o convencimento e com o fim de facilitar o acesso ao direito de governar as estruturas político-administrativas. Para tanto, o princípio da isonomia ou princípio da igualdade, cuja aplicação representa o símbolo da democracia, na medida em que *“todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”* (BRASIL, 1988), deverá ser observado para que injustiças não ocorram.

Por observado, entenda-se, regulamentado. Portanto, as propagandas políticas e, conseqüentemente, as manifestações do pensamento, passam por uma limitação razoável, cujo fundamento é, além da integridade do processo eleitoral, é também a preservação da democracia-representativa e o princípio da isonomia. Nos termos do art. 25, “c”, do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, *“Todo cidadão terá o direito e a possibilidade, sem qualquer das formas de discriminação mencionadas no artigo 2 e sem restrições infundadas: c) de ter acesso, em condições gerais de igualdade, às funções públicas de seu país”*. No mesmo sentido, tem-se o art. 23, “c” da Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica).

Nesse viés, dentre as espécies de propagandas políticas cujo Tribunal Superior Eleitoral leciona, sejam elas as partidárias, intrapartidárias e eleitorais, além, é evidente, das propagandas “extraoficiais”, ou seja, aquelas publicadas informalmente nas redes sociais e nos mais variados canais de comunicação online, a cautela para com a manifestação do pensamento e opinião é de considerável necessidade.

Embora o conteúdo, meios de propagação, público-alvo e finalidade das propagandas sejam diferentes, cada qual urge pelo que aduz o princípio da isonomia, cujo tratamento deverá ser “igual aos iguais e desigual aos desiguais, na medida de suas desigualdades”.

As propagandas partidárias e as eleitorais, consoante se extrai do próprio Tribunal Superior Eleitoral, terão como aspecto, respectivamente, a busca pelo partido em divulgar o seu posicionamento frente a temas de interesse da sociedade, e o intuito de divulgar propostas da campanha, de modo que o candidato consiga, para além de outros instrumentos, captar o voto do eleitor (BRASIL, 2022d).

As propagandas partidárias haviam sido extintas em 2017, mas após a Lei 14.291/2022 entrar em vigor, elas se reestabeleceram (BRASIL, 2022e). Ao contrário das propagandas eleitorais, a publicação delas não são restritas aos anos das eleições, mas estão limitadas em quantidade e duração e não podem ser utilizadas para divulgar pré-candidato a uma eleição. A depender do âmbito da cadeia, se nacional ou estadual, deverá o partido requerer autorização

perante o Tribunal Superior Eleitoral ou pelo Tribunal Regional Eleitoral, que após provocados, farão o requerimento as emissoras de rádio e televisão, tal qual disposto no Art. 50-A, §3, da Lei 9.096/95.

As propagandas eleitorais somente poderão ocorrer após o dia 15 de agosto do ano das eleições, tal qual disposto no Art. 36 da Lei 9.504/97 e possuem o fim direto de conquistar o voto do eleitor. Caso haja propaganda eleitoral antecipada, ou seja, a *“divulgação de atos que denotem propaganda política ou ataques a partidos políticos e seus filiados ou instituições”* (BRASIL, 1997), sanções serão aplicáveis aos que a praticarem. Aos cargos de presidente e vice-presidente da República, o âmbito das campanhas será nacional, já para os cargos de senador, governador, deputado federal, estadual e distrital, será estadual, conforme aduz o Art. 36, §5, da Lei 9.504/97.

Outros aspectos da propaganda eleitoral são elaborados pela Resolução 23.610/19, principalmente quanto a temática da desinformação, vez que à época da Lei Geral das Eleições (Lei n. 9504 de 1997) não havia o debate ao enfrentamento a pandemia das “Fake News”.

Da Desinformação na Propaganda Eleitoral: Art. 9º A utilização, na propaganda eleitoral, de qualquer modalidade de conteúdo, inclusive veiculado por terceiras(os), pressupõe que a candidata, o candidato, o partido, a federação ou a coligação tenha verificado a presença de elementos que permitam concluir, com razoável segurança, pela fidedignidade da informação, sujeitando-se as pessoas responsáveis ao disposto no art. 58 da Lei nº 9.504/1997, sem prejuízo de eventual responsabilidade penal. (Redação dada pela Resolução nº 23.671/2021).

Por outro lado, as propagandas intrapartidárias têm como característica principal o fim de não se dirigir aos eleitores em geral, mas apenas para aqueles que estão filiados ao partido com o objetivo de haver entre eles a escolha de quem concorrerá ao cargo eletivo. Deverá ocorrer somente na quinzena anterior a escolha dos pré-candidatos, ou seja 15 (quinze) dias antes e não possuem o auxílio de rádio e televisão, conforme disposto no art. 36, §1, da Lei 9.504/97, *“Ao postulante a candidatura a cargo eletivo é permitida a realização, na quinzena anterior à escolha pelo partido, de propaganda intrapartidária com vista à indicação de seu nome, vedado o uso de rádio, televisão e outdoor”*.

Para além desses meios oficiais, existem os debates entre representantes públicos mediante as redes sociais, cujos contornos poderão extrapolar os níveis da liberdade de expressão e gerar a desordem social, mediante notícias falsas, montagens, frases descontextualizadas (...). Nesse aspecto, embora os meios de comunicação tenham alcançado níveis inimagináveis em comparação aos séculos passados, os efeitos do avanço e principalmente, pela velocidade de comunicação, podem gerar efeitos irreversíveis.

Por essa perspectiva, a Lei 14.192/2021, sancionada pelo ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, incluiu o Art. 323 no Código Eleitoral com o fim de sancionar aquele que “*Divulgar, na propaganda eleitoral ou durante período de campanha eleitoral, fatos que sabe inverídicos em relação a partidos ou a candidatos e capazes de exercer influência perante o eleitorado*”, sob pena de detenção de dois meses a um ano ou o pagamento de 120 a 150 dias-multa.

3.2 IMPRENSA NO PROCESSO DEMOCRÁTICO

A imprensa, máquina de impressão inventada por Johann Gutenberg no século XV, iniciou um processo revolucionário de circulação de ideias pelo mundo, aniquilou o monopólio do conhecimento e desenvolveu o acesso às informações pelos cidadãos, de tal maneira que a Reforma Protestante eclodiu no século XVI (FERNANDES, 2023). Não obstante a Bíblia tivesse somente o latim como idioma oficial, após ter sido traduzida para o alemão por Martinho Lutero e junto à força que a imprensa trouxe na circulação de ideias, a posição hierárquica que antes assumia a Igreja Católica passou a ser questionada de modo que o plano espiritual dos cidadãos e até mesmo o cenário político passou por grandes transformações nos séculos posteriores.

O impacto em que a imprensa, no sentido do conjunto de jornais e publicações congêneres, traz para o encadeamento de informações e opiniões desempenha um papel fundamental no processo democrático. Dessa forma, na medida em que os meios de comunicação são fomentados, o sentimento de influência e participação política ativa é gerado nos cidadãos, assim como, a transparência em que os canais de informação e opinião trazem, colaboram para a fiscalização, controle e responsabilização de todos os elementos que compõe a Administração Pública, o assim entendido “*Accountability*”.

Não somente ao processo democrático em si, cujas decisões políticas implicariam à participação ativa dos cidadãos a exercer a própria cidadania, mas também, ao que fundamenta o Estado Democrático de Direito, conforme o Art. 1, III e V da Constituição Federal, quanto a pluralidade de ideias e a dignidade da pessoa humana (BRASIL, 1988). Desse modo, assim como na Reforma Protestante do século XVI, a imprensa traz a expansão do conhecimento e permite o diálogo para que as melhores decisões políticas, e até mesmo religiosas, culturais e sociais (...) sejam tomadas pelo fator comum do interesse público.

Nessa linha de raciocínio, o Art. 220 da Constituição Federal preconiza que “*A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição*”

(BRASIL, 1988). Dessa maneira, a veiculação jornalística tem a garantia constitucional de poder divulgar as informações do interesse público, a fim de garantir o acesso à educação, à participação política e preservar o Estado Democrático de Direito.

Todavia, o jornalismo não é irrestrito. O código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (FNJ, 2007), nesse ponto, leciona que “*a produção e divulgação da informação devem se pautar pela veracidade dos fatos e ter por finalidade o interesse público*”, nos termos do Art. 2, II. Ademais, no âmbito do direito privado, pode-se mencionar a questão dos direitos de personalidade quanto a proteção à honra, à privacidade, à intimidade, à vida privada e à imagem do indivíduo, amparado pelo art. 5, IX, da CFRB/88.

É importante frisar que desde o século VIII a.C, durante o período arcaico da Grécia Antiga, as discussões e deliberações nas ágoras gregas trouxeram grande impacto nas decisões das polis (cidades) e permitiu grande impacto no avanço da democracia. Em contrapartida, no Brasil e no mundo atual, a retórica passou para os espaços públicos virtuais da internet, onde a circulação de ideias e a propagação de informações alcançaram níveis exponenciais.

No entanto, tal qual observado pelo ex-professor Marshall McLuhan, “*Unawareness of the nature of the press in its subliminal or latent action is as common among politicians as among political scientists*” (MCLUHAN, 1994, p. 227). Isto é, a inconsciência da natureza da imprensa, em sua atuação latente ou subliminar, é tão comum entre os políticos quanto os cientistas políticos.

A natureza da imprensa, portanto, assim teorizada por Marshal no capítulo “*The Medium is the Message*”, em português, “o meio é a mensagem”, em seu livro *Understanding Media: The extensions of man*, é de crucial importância para que a mensagem real seja compreendida em suas intenções. Segundo o ex-professor, em virtude desses meios influenciarem nas ações humanas, o conteúdo e o uso desses meios podem ser tão diversos ao ponto de causar cegueira para a natureza da real mensagem. Não por outro motivo, as indústrias se aproveitam desse mecanismo para realizarem os seus negócios.

This fact merely underlines the point that "the medium is the message" because it is the medium that shapes and controls the scale and form of human association and action. The content or uses of such media are as diverse as they are ineffectual in shaping the form of human association. Indeed, it is only too typical that the "content" of any medium blinds us to the character of the medium. It is only today that industries have become aware of the various kinds of business in which they are engaged (MCLUHAN, 1994, p. 8)

A cegueira mencionada, poderá ser aludida à Caverna de Platão, ideia que poderá ser encontrada em sua obra “*A República*”, no livro VII (PLATÃO, 2002). Essa alegoria descreve

um grupo de pessoas que, desde o nascimento, estão acorrentadas em uma caverna, de frente para uma parede. Eles não conseguem se mover ou olhar para os lados e a única coisa que veem são as sombras projetadas na parede à sua frente, criadas por objetos que passam diante de uma fogueira atrás deles. Para essas pessoas, as sombras são a realidade, já que é tudo que conhecem.

Todavia, em certo dia, um dos prisioneiros se liberta e sai da caverna, descobrindo um mundo real e mais complexo do que o lado de fora. Ele vê objetos reais, a luz do sol e entende que as sombras que ele via antes eram apenas ilusões. Após adquirir esse conhecimento, ele decide voltar à caverna para informar os outros prisioneiros sobre a verdadeira realidade. No entanto, ele enfrenta resistência e até mesmo hostilidade por parte dos outros, que se recusam a acreditar nele, pois sua visão de mundo está enraizada nas sombras que sempre viram.

Assim, como conclusão, a alegoria pode trazer a ideia de que o prisioneiro que se liberta e sai da caverna representa a jornada em busca do conhecimento verdadeiro e da sabedoria. Essa liberdade intelectual é alcançada quando se rompe com as ilusões e se busca conhecimento das verdadeiras formas ou ideias. Desse modo, o conhecimento das verdadeiras formas ou ideias podem levar a uma vida virtuosa e justa, de maneira que a liberdade é alcançada quando se atinge um estado de sabedoria e compreensão ética e moral.

A imprensa, portanto, na garantia do processo democrático e conseqüentemente, para a preservação da integridade do período eleitoral, deve buscar e informar a verdade real. Nesse sentido, conforme se extrai da decisão monocrática proferida pelo ministro Edson Fachin em sede da Ação Direta de Inconstitucionalidade 7261 no Distrito Federal (BRASIL, 2022b), mediante o Supremo Tribunal Federal:

uma eleição com influência abusiva do poder econômico não é normal nem legítima, vale dizer, não é livre nem democrática. Quando essa abusividade se materializa no regime da informação, recalçando a verdade e compondo-se de falsos dados e de mentiras construídas para extorquir o consentimento eleitoral, a liberdade resta aprisionada em uma caverna digital.

Portanto, o papel fundamental que a imprensa desempenha para o Estado Democrático de Direito, colabora, como consequência, na efetividade da cidadania e na garantia da pluralidade política. Ademais, rompe com forças repressoras de poder na medida em que deverá buscar pela verdade real e manter a sociedade informada com informações sabidamente verídicas e devidamente contextualizadas. Para isso, a atuação do Estado junto aos serviços de telecomunicação, assim entendidos, nos termos do Art. 4, da Lei 4.117/1967, como a *“emissão ou recepção de símbolos, caracteres, sinais, escritos, imagens, sons ou informações de qualquer natureza, por fio, rádio, eletricidade, meios óticos ou qualquer outro processo*

eletromagnético e, também, com os canais de informação na internet, a fim de que haja o acesso à cidadania em sua plenitude.

3.3 COMBATE À DESINFORMAÇÃO: INFOEXCLUSÃO E O SILENCIAMENTO INFORMACIONAL

O Vocábulo “Infoexclusão” trata-se de um neologismo formado pelos substantivos “informática” ou “informação” mais “exclusão”. Acrescente-se que alguns sinônimos poderão ser encontrados em língua estrangeira como o “E-exclusion”, “The Digital Divide” ou “Digital Exclusion”. Muito embora não exista a palavra “Infoexclusão” no dicionário brasileiro e não haja jurisprudência no Supremo Tribunal Federal nesse sentido, trata-se de uma ideia não recente, vez que essa problemática acompanhou a evolução das tecnologias de comunicação e informação e tem influenciado diretamente na efetivação do Estado Democrático de Direito em sua plenitude.

Nas palavras da mestrandia em Direitos Humanos e Fundamentais da Faculdade de Direito do Mato Grosso do Sul, Tatiana Tomie Onuma, a infoexclusão pode ser entendida como a ausência de informação, seja pela falta de acesso às ferramentas de informação, seja pela falta de educação frente a essas (ONUMA, 2022).

Já a ausência de informação, a aqui chamada infoexclusão, se dá quando cidadãos não possuem acessos às ferramentas de tecnologias de informação ou, ainda, quando possuem acesso, mas não possuem educação informacional e tecnológica suficiente para utilizá-las (caso de idosos, crianças, por exemplo).

Na mesma linha de raciocínio, conforme se extrai do Parlamento do Reino Unido, “The digital divide is the gap between those who have adequate access to digital technology, such as the internet and computers, and those who do not” (UK PARLIAMENT, 2023), ou seja, “The Digital Divide” é a lacuna entre aqueles que possuem acesso adequado a tecnologias, tal qual a internet e computadores, e aqueles que não.

Ocorre que, para além de uma questão socioeconômica, a ausência de informação é fomentada por aspectos educacionais e da própria estrutura do que está por trás dos instrumentos tecnológicos de comunicação. A título de exemplo, o IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, percebeu que entre os indivíduos de 15 (quinze) anos ou mais de idade, aproximadamente 6,6% não conseguem nem ler e nem escrever (IBGE, 2020). Nessa lógica, caso haja a redução da classe etária, para indivíduos com menos de 15 (quinze) anos, e

somar com àqueles que são “Analfabetos Digitais”, independentemente da idade, a quantidade de indivíduos irá disparar, uma vez que o acesso à celulares e à computadores é inserido prematuramente às novas gerações antes mesmo de conseguirem aprenderem a ler ou escrever, de modo em que não há a compreensão integral do que é “vendido” mediante as TIC’s (tecnologias de informação e comunicação).

Nesse contexto, vislumbra-se um cenário em que não há sincronia entre os cidadãos e as instituições públicas. Primeiro, porque a Administração Pública tem se tornado cada vez mais digital, principalmente após a pandemia do COVID-19 em 2020, segundo, pois as informações espalhadas sem nenhuma restrição e confiabilidade, em consonância a baixa escolaridade implicam em uma mitigação da participação ativa do cidadão no processo eleitoral. Dessa forma, se exercer a cidadania é estar presente de forma eficiente e consciente no processo eleitoral, de modo que os representantes políticos possam satisfazer os interesses públicos, como a ciência plena será garantida sem que as informações tenham fontes confiáveis e sem que o acesso as redes online de comunicação sejam amplo e seguro?

Segundo a UNESCO, United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, ou seja, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (WILSON et al., 2013), “*a transparência, prestação pública de contas e participação cívica*” constitui uma tríade essencial para uma boa gestão pública e efetividade no exercício da cidadania. No entanto, essa participação cívica enfrenta o impasse da manifestação do pensamento, opinião e informação de forma desmedida e com fácil acesso a caminhos para abusos e ilegitimidades no espaço público virtual da internet, de modo a ser propagadas notícias falsas, crimes de ódio e informações descontextualizadas com o intuito de manipular e forjar a integridade do processo eleitoral e até mesmo a noção de liberdade que o indivíduo possa a ter, em contraponto a vedação à censura prévia.

Por outro lado, é inegável que estar ciente exige o esforço do indivíduo em buscar saber. No entanto, ao deparar-se com o ensino digital ineficiente e somar com a “*leitura acrítica e inconsciente do contexto informacional, silencia-se a autonomia de pensar, agir e falar*” (ONUMA, 2022), ter-se-ia o que Taciana Onuma chama de “Silencio Informacional”, quando apesar de existir uma grande quantidade de informações e opiniões nas TIC’s (tecnologias de informação e comunicação), um grupo de pessoas que já antes marginalizadas e segregadas, são silenciadas por não terem poder de voz nesses espaços virtuais. Frisa-se que esta chaga social pode ser enxergada na modalidade ativa, vez que os autores da manifestação do pensamento, *lato sensu*, estariam em situação de restrição da liberdade de fato desse direito.

Noutro viés, a modalidade passiva surgiria quando mediante leitura acrítica das informações repassadas pela internet, seria silenciada *“a autonomia de pensar, agir e falar, criando pessoas e grupos sociais que apenas reproduzem, sem qualquer filtro, mensagens e informações a eles repassadas muitas vezes de forma manipuladora”* (ONUMA, 2022, p. 112). Nesse aspecto, associa-se a questão da “Sociedade da Pós-Verdade”, em que o conhecimento é modulado mais pelas crenças pessoais do que pelo conhecimento verdadeiro.

Diferentemente do Regime Disciplinar que Foucault preconizou em sua obra *Vigiar e Punir*, a sociedade contemporânea vive em um Regime da Informação, em que o mecanismo de poder é exercido por aquele que detém as informações. Aparentemente, os indivíduos vivem em liberdade, em transparência de informações e livre manifestação da opinião, mas esse fenômeno silencioso que exerce influência nas diferentes camadas da população mundial, pode ser altamente prejudicial se não observado com atenção pelo Estado e a própria coletividade.

No Regime da Informação, o controle sobre os indivíduos é exercido mediante o domínio dos dados, cujo detentor poderá utilizar para fomentar processos políticos, culturais, sociais e econômicos. O autor e filósofo Byung-Chul Han (HAN, 2022), principal teórico dessa tese na atualidade, entende e expõe em seu livro, *Infocracia: Digitalização e a crise da democracia*, que esse modelo de controle traz impressão ao sujeito de que ele é livre, autêntico e criativo, quando na realidade, está sendo domado por forças exteriores a sua própria vontade.

Nessa perspectiva, o sistema democrático estaria ameaçado em virtude da “Infocracia”, ou seja, o domínio das informações, sejam elas verídicas ou não, contextualizadas ou não. A infoexclusão e o silêncio informacional surgem, então, como consequência desse regime de controle social. Não por outro motivo, o Supremo Tribunal Federal iniciou o Programa de Combate à Desinformação (BRASIL, 2021a), cujo intuito é conscientizar a população para *“combater práticas que afetam a confiança das pessoas no Supremo, distorcem ou alteram o significado das decisões e colocam em risco direitos fundamentais e a estabilidade democrática”*.

Vive-se o Regime da Informação e da Infocracia, mas ao mesmo tempo, para combatê-los e preservar a democracia, faz-se necessário garantir mais acesso à informação, o que se torna contraditório. Porém, é justamente nessa contrariedade em que a educação deve se concentrar, o entendimento do porquê e a busca pelo saber ampliam a racionalidade crítica. Não obstante o conceito de verdade seja bastante complexo e até subjetivo, a formação dos princípios e ideais do ser humano se forma pelo acesso ao conhecimento e à informação. Para isso, faz-se necessária a aliança entre a boa governança do Estado democrático, os cidadãos alfabetizados em mídia e informação e as mídias e outros provedores de informações.

4 ANÁLISE DA RESOLUÇÃO 23.714/2022 QUANTO A SUA (IN) CONSTITUCIONALIDADE.

4.1 NOÇÕES INTRODUTÓRIAS

Em 20 de outubro de 2022, pelo ministro Alexandre de Moraes, atual presidente do Tribunal Superior Eleitoral, a Resolução 23.714/2022 foi promulgada e publicada. Contando com 9 (nove) artigos e com a revogação do Art. 9-A da Resolução 23.610/2019 do TSE, trouxe como finalidade a disposição sobre “*o enfrentamento à desinformação que atinja a integridade do processo eleitoral*”. Todavia, para que seja realizada uma análise maior quanto à constitucionalidade da Resolução 23.714/2022, reproduzir-se-á o inteiro teor dos artigos elaborado pelo órgão eleitoral, junto as suas atribuições legais e regimentais, com destaque em negrito para os principais tópicos que serão abordados.

“Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre o enfrentamento à desinformação atentatória à integridade do processo eleitoral.

Art. 2º É vedada, nos termos do Código Eleitoral, a divulgação ou compartilhamento de fatos sabidamente inverídicos ou gravemente descontextualizados que atinjam a integridade do processo eleitoral, inclusive os processos de votação, apuração e totalização de votos.

§ 1º Verificada a hipótese prevista no caput, o Tribunal Superior Eleitoral, em decisão fundamentada, **determinará às plataformas a imediata remoção da URL, URI ou URN, sob pena de multa de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a R\$ 150.000,00 (cem e cinquenta mil reais) por hora de descumprimento, a contar do término da segunda hora após o recebimento da notificação.**

§ 2º Entre a antevéspera e os três dias seguintes à realização do pleito, a multa do § 1º incidirá a partir do término da primeira hora após o recebimento da notificação.

Art. 3º A Presidência do Tribunal Superior Eleitoral poderá determinar a extensão de decisão colegiada proferida pelo Plenário do Tribunal sobre desinformação, para outras situações com idênticos conteúdos, sob pena de aplicação da multa prevista no art. 2º, inclusive nos casos de sucessivas replicações pelo provedor de conteúdo ou de aplicações.

§ 1º Na hipótese do caput, a Presidência do Tribunal Superior Eleitoral apontará, em despacho, as URLs, URIs ou URNs com idêntico conteúdo que deverão ser removidos.

§ 2º A multa imposta em decisão complementar, proferida na forma deste artigo, não substitui a multa aplicada na decisão original.

Art. 4º A produção sistemática de desinformação, caracterizada pela publicação contumaz de informações falsas ou descontextualizadas sobre o processo eleitoral, autoriza a determinação de suspensão temporária de perfis, contas ou canais mantidos em mídias sociais, observados, quanto aos requisitos, prazos e consequências, o disposto no art. 2º.

Parágrafo único. A determinação a que se refere o caput compreenderá a suspensão de registro de novos perfis, contas ou canais pelos responsáveis ou sob seu controle, bem assim a utilização de perfis, contas ou canais contingenciais previamente registrados, sob pena de configuração do crime previsto no art. 347 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral.

Art. 5º Havendo descumprimento reiterado de determinações baseadas nesta Resolução, **o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral poderá determinar a suspensão do acesso aos serviços da plataforma implicada**, em número de horas proporcional à gravidade da infração, observado o limite máximo de vinte e quatro horas.

Parágrafo único. Na hipótese do caput, a cada descumprimento subsequente será duplicado o período de suspensão.

Art. 6º É vedada, desde quarenta e oito horas antes até vinte e quatro horas depois da eleição, a veiculação paga, inclusive por monetização, direta ou indireta, de propaganda eleitoral na Internet, em sítio eleitoral, em blog, em sítio interativo ou social, ou em outros meios eletrônicos de comunicação da candidata ou do candidato, ou no sítio do partido, federação ou coligação (art. 7º da Lei n. 12.034, de 29 de setembro de 2009).

§ 1º Verificado descumprimento da vedação a que se refere o caput, o Tribunal Superior Eleitoral, em decisão fundamentada, determinará às plataformas a imediata remoção da URL, URI ou URN, sob pena de multa de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a R\$ 150.000,00 (cem e cinquenta mil reais) por hora de descumprimento, a contar do término da primeira hora após o recebimento da notificação.

§ 2º O descumprimento do disposto no caput configura realização de gasto ilícito de recursos eleitorais, apto a determinar a desaprovação das contas pertinentes, sem prejuízo da apuração do crime previsto no art. 39, § 5º, inciso IV, da Lei n. 9.504, de 30 de setembro de 1997.

Art. 7º O disposto nesta Resolução não exclui a apuração da responsabilidade penal, do abuso de poder e do uso indevido dos meios de comunicação.

Art. 8º Fica revogado o art. 9º-A da Resolução TSE nº 23.610, de 2019.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.”

Sabe-se que a Constituição Federal brasileira de 1988 é classificada por rígida, ou seja, para que seja alterada, faz-se necessário um procedimento mais complexo e formal, conseqüentemente, para que uma lei infraconstitucional (...) seja promulgada, é imprescindível que a forma e a matéria da Lei Maior seja observada pelo legislador. Isso se deve, sobretudo, ao respeito a Supremacia da Constituição sobre o ordenamento jurídico brasileiro e, pela proteção aos direitos fundamentais, consoante leciona Alexandre de Moraes (MORAES, 2004).

Quanto à forma constitucional a ser observada, entenda-se pela afronta ao devido processo legislativo. Isto é, o desrespeito à iniciativa reservada para o ato normativo, à competência ou ao quórum. Enquanto à matéria, verifica-se seu estudo em relação ao conteúdo do ato, se a sua substância é congruente ou não com os princípios e preceitos da Constituição Federal.

Consoante o Art. 59 da Constituição Federal, o processo legislativo compreende a elaboração de “I- emendas à constituição; II- leis complementares; III- leis ordinárias; IV- leis delegadas; V- medidas provisórias; VI- decretos legislativos; VII- resoluções”. No entanto, estas resoluções cuja constituição menciona, segundo o juiz auxiliar da Vice-Presidência do TSE, Nicolau Konkel Junior, não têm o poder de lei, uma vez que não inovam na ordem jurídica ou criam novas obrigações (BRASIL, 2021b).

Resolução não é lei, não tem a vocação para inovar a ordem jurídica, criando sanções ou novas obrigações. Ela serve para organizar melhor o serviço interno, os trabalhos de preparação e execução das eleições, garantindo uniformidade na aplicação da legislação eleitoral como um todo. Isso é importante para que se tenha um padrão de atuação da Justiça Eleitoral. É por isso que existe a regulamentação. Obviamente, as resoluções provocam efeitos externamente, pois os serviços eleitorais se dirigem à sociedade em geral, a partidos políticos, a candidatos e a eleitores.

Nesse sentido, alguns doutrinadores entendem as resoluções como atos administrativos, cujo conceito, segundo Maria Sylvia Zanella, abrange “*todo ato praticado no exercício da função administrativa*” (ZANELLA, 2016). Pelo critério objetivo, formal ou material, Zanella explica que o ato administrativo deve ser apreciado independentemente do órgão que o editou, vez que o que importa é o “*exercício concreto da função administrativa*” (ZANELLA, 2016), dessa forma, “*Juízes e parlamentares desempenham algumas atribuições tipicamente administrativas, que dizem respeito ao funcionamento interno de seus órgãos e servidores*” (ZANELLA, 2016). Por esse espectro, a Resolução 23.714/2022 será examinada, tendo em vista sua função exordial de fazer garantir as disposições do Código Eleitoral e a integridade do processo eleitoral.

4.2 COMPETÊNCIA DO TSE PARA REGULAMENTAR AS PROPAGANDAS POLÍTICAS

Em 21 de outubro de 2022 foi ajuizada pelo Procurador Geral da República, Augusto Aras, Ação Direta de Inconstitucionalidade com pedido de liminar em face dos arts. 2º, caput e §§ 1º e 2º; Art. 3º, caput, 4º, 5º, 6º e 8º da Resolução 23.714, de 20.10.2022, do Tribunal Superior Eleitoral –TSE, que “dispõe sobre o enfrentamento à desinformação que atinja a integridade do processo eleitoral”.

Nessa Ação, foi discutida a inconstitucionalidade perante os direitos fundamentais à manifestação do pensamento e o acesso à informação, uma vez que foram adotadas pelo judiciário medidas supostamente austeras quanto à divulgação de certas notícias e opiniões nos variados canais de acesso à informação, sob a justificativa de preservar a integridade das eleições. Além disso, a constitucionalidade do Tribunal Superior Eleitoral fora questionada, uma vez que segundo o PGR, a “afrenta à legalidade e usurpação da competência legislativa para dispor sobre processo eleitoral”, bem como, a “ampliação do alcance da decisão colegiada do TSE por ato da presidência da corte e afronta ao devido processo legal” teriam sido provocadas.

Surge então, ênfase ao debate contra à censura prévia e a liberdade de manifestação do pensamento e do acesso à informação, já que em um Estado Democrático de Direito, não há democracia sem a pluralidade de ideias.

De início, cabe ressaltar que a Justiça Eleitoral nasce de um contexto em que o voto de cabresto e o clientelismo era comum e o poder era concentrado na mão de poucos: As elites agrárias do Sudeste, principalmente São Paulo e Minas Gerais, aliança política à época conhecida como “café com leite”. Nesse período, mais especificamente entre 1889 e 1930, o governo era exercido por um pequeno grupo de pessoas, de modo em que ficou marcado na história brasileira como a fase da República Oligárquica. Durante esse tempo, a elite agrária detinha o controle político e econômico do país e era formada por proprietários rurais das regiões produtoras de café, algodão e outros produtos.

Em um sistema de relações clientelistas e patrimonialistas, os cargos públicos eram distribuídos em troca de favores políticos e os recursos do Estado eram utilizados para benefícios pessoais. Destaque-se que a figura do coronel exercia influência sobre a população local e garantia a vitória dos candidatos nas eleições, por isso a expressão do “*coronelismo*”, referenciada para a época. No entanto, após o surgimento de movimentos políticos e sociais que reivindicavam a ampliação dos direitos democráticos e a reforma do sistema político, a República Oligárquica encontrou o seu fim. Em 1930, Getúlio Vargas assumiu a presidência e rompeu com a antiga política do café com leite (...).

Foi nesse contexto em que a Justiça Eleitoral surgiu pelo Código Eleitoral de 1932, no governo provisório de Getúlio Vargas, ou Revolução de 1930, e passou a estar prevista, pela primeira vez, na Constituição de 1934. Consoante Pedro Lenza (LENZA, 2021, p. 855), a Constituição de 1937 (“constituição polaca”) havia a extinguido, mas foi reestabelecida com o Decreto-Lei n. 7.586/45, com o objetivo de organizar e fiscalizar as eleições no país, assim como, tornar as eleições mais transparentes e seguras, de modo a garantir a lisura do processo eleitoral e a escolha democrática dos representantes do povo.

Nesse viés, surgiu o primeiro órgão eleitoral, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), antes chamado de Tribunal Superior de Justiça Eleitoral (TSJE), e posteriormente vieram os Tribunais Regionais Eleitorais (TRE) nas capitais de cada estado e no Distrito Federal, além da figura dos Juízes Eleitorais, atualmente contando em 2.622 juízes entre titulares e substitutos nos municípios brasileiros (BRASIL, 2019).

O Código Eleitoral surgiu do Ato Institucional n. 1, época cuja ditadura militar predominava no país, ou seja, anterior a atual Constituição Federal de 1988. No entanto, não há que se falar em vício de inconstitucionalidade formal e nem material na Lei 4.737/65, vez que

foi recepcionado pela atual Lei Maior. No entanto, desde o nascimento dessa Lei, diversas alterações já foram realizadas, a fim de aprimorar o sistema eleitoral e garantir a eficácia e transparência no Estado Democrático de Direito, como por exemplo, a urna eletrônica, o voto secreto, título de eleitor com foto e impressão digital, além das regulamentações quanto às “Fake News”, como a Resolução 23.551/2017, 23.610/2019 e a 23.714/2022.

Segundo o Art. 22, I, da Constituição Federal, caberá a União legislar privativamente sobre direito eleitoral. Dessa forma, somente mediante o Congresso Nacional, respeitado o devido processo legislativo, poderão ser aprovadas normas eleitorais. Nessa linha de raciocínio, o Código Eleitoral foi promulgado, instituído pela Lei 4.737/65 com iniciativa do projeto e promulgação pelo Presidente da República e a aprovação pelo Congresso Nacional, nos termos do Art. 4, caput, do Ato Institucional de 9 de abril de 1965.

Quanto a competência dos Tribunais Eleitorais, o art. 121 da Constituição Federal define que caberá a *“Lei complementar disporá sobre a organização e competência dos tribunais, dos juízes de direito e das juntas eleitorais”*. Nesse viés, a Lei Complementar n. 64 de 1990 aduz no art. 22, I, “b” e “c” e III, fundamenta a competência do TSE para regulamentar a *“utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou de partido político”*.

Art. 22. Qualquer partido político, coligação, candidato ou Ministério Público Eleitoral poderá representar à Justiça Eleitoral, diretamente ao Corregedor-Geral ou Regional, relatando fatos e indicando provas, indícios e circunstâncias e pedir abertura de investigação judicial para apurar uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, ou **utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou de partido político**, obedecido o seguinte rito:

- I - O Corregedor, que terá as mesmas atribuições do Relator em processos judiciais, ao despachar a inicial, adotará as seguintes providências:
- b) determinará que se suspenda o ato que deu motivo à representação, quando for relevante o fundamento e do ato impugnado puder resultar a ineficiência da medida, caso seja julgada procedente;
- c) indeferirá desde logo a inicial, quando não for caso de representação ou lhe faltar algum requisito desta lei complementar;

Por outro lado, pelos termos do art. 23, IX, XVIII, do Código Eleitoral - Lei 4.737/65, ao Tribunal Superior Eleitoral, caberá a competência de tomar as providências necessárias para a devida execução da legislação eleitoral.

Art. 23 - Compete, ainda, privativamente, ao Tribunal Superior, IX - expedir as instruções que julgar convenientes à execução deste Código; XVIII - tomar quaisquer outras providências que julgar convenientes à execução da legislação eleitoral.

Acrescente-se, também, que consoante o art. 105 da Lei das Eleições - 9.504/1997, de modo a atender o caráter regulamentar, “*poderá expedir todas as instruções necessárias para a sua fiel execução*”.

Art. 105 - Até o dia 5 de março do ano da eleição, o Tribunal Superior Eleitoral, atendendo ao caráter regulamentar e sem restringir direitos ou estabelecer sanções distintas das previstas nesta Lei, **poderá expedir todas as instruções necessárias para sua fiel execução, ouvidos**, previamente, em audiência pública, os delegados ou representantes dos partidos políticos.

Nesse sentido, a Justiça Eleitoral acolhe a função atípica de legislar, desde que respeitados os limites constitucionalmente previstos, assim como as imposições postas pelo Art. 23 do Código eleitoral e Art. 105 da Lei das Eleições. Não existe, então, a princípio, ilegitimidade ou inconstitucionalidade quando posto regulamento com o fim de manter a integridade das eleições no período eleitoral e combater as “Fake News”, tal qual disposto no Art. 2 da Resolução 23.714 do TSE, uma vez que não é criada nova obrigação legislativa, apenas regulamentação interna do que já prevê o Código Eleitoral.

Art. 2º É vedada, nos termos do Código Eleitoral, a divulgação ou compartilhamento de fatos sabidamente inverídicos ou gravemente descontextualizados que atinjam a integridade do processo eleitoral, inclusive os processos de votação, apuração e totalização de votos.

Ocorre que os direitos fundamentais à liberdade de expressão e, por consequência, o acesso à informação sofreram os efeitos da regulamentação das propagandas políticas e dos “*fatos sabidamente inverídicos ou gravemente descontextualizados*” em período eleitoral, tal qual a Resolução 23.714/2022 do TSE. Nesse viés, durante o ano das Eleições Gerais, a emissora de rádio Jovem Pan havia permitido afirmações caluniosas e sabidamente inverídicas contra um candidato às Eleições Gerais de 2022 em benefício a outro candidato (BRASIL, 2022f), junto à Fake News direcionadas contra o sistema eleitoral, Ministros do STF e do TSE, o que levou ao ajuizamento da Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJF) n. 060148341, vez que a parte autora, Coligação Brasil da Esperança, pugnava o suposto desrespeito a legislação eleitoral, em face de Antônio Augusto Amaral de Carvalho Filho (presidente da Rádio Panamericana S.A - Rádio Jovem Pan), Jair Messias Bolsonaro (candidato à presidência nas Eleições Gerais de 2022) e Walter Souza Braga Neto (candidato à vice-presidência nas Eleições Gerais de 2022).

Embora ainda não haja acórdão para a Ação supramencionada, é importante ressaltar que ao regulamentar as Fake News e as propagandas políticas *lato sensu*, não significa que esses

direitos estão sendo negligenciados ou abafados, mas apenas sopesados, de modo que não haja o abandono de outros fundamentos essenciais ao interesse público, tais como a igualdade política, igualdade de oportunidades, paridade de armas aos candidatos e aos partidos políticos, a legitimidade do processo eleitoral e a liberdade de expressão político-eleitoral.

Importante frisar entendimento, por outro lado, da ministra Rosa Weber no acórdão proferido para a Ação Direta de Inconstitucionalidade 7261/DF:

“o mero fato de existirem projetos de lei em tramitação nas Casas do Congresso Nacional não inviabiliza que o Tribunal Superior Eleitoral, com base no poder normativo a ele atribuído, edite, se entender necessário, ato regulamentar para suprir, ainda que provisoriamente, eventual lacuna legal, como ocorre no caso em análise”.

Por essa perspectiva, a Lei 14.192/2021 incluiu o Art. 323 no Código Eleitoral com o fim de sancionar aquele que “*Divulgar, na propaganda eleitoral ou durante período de campanha eleitoral, fatos que sabe inverídicos em relação a partidos ou a candidatos e capazes de exercer influência perante o eleitorado*”, sob pena de detenção de dois meses a um ano ou o pagamento de 120 a 150 dias-multa.

No entanto, o objetivo não é restringir a liberdade de expressão, mas de garantir o combate à desinformação, junto às Fake News e fomentar o acesso à informação respaldada em veracidade ou ao menos, sem a intenção de manipular os cidadãos. É verdade que mentiras, mitos, boatos e teorias fazem parte da história, porém, nas proporções adotadas pela pandemia da Fake News, as consequências poderão ser irreversíveis, vez que esse tipo de instrumento visa, mediante artifícios de manipulação, influenciar negativamente o eleitorado, provocar sentimentos irrealis e incitar a desordem social.

O Tribunal Superior Eleitoral poderá, então, regulamentar as propagandas políticas *lato sensu*, assim como as informações sabidamente inverídicas ou descontextualizadas divulgadas em meio eletrônico. Não merece prosperar, portanto, a incompetência material e formal desse órgão frente a busca pelo combate à desinformação em período eleitoral.

4.3 JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL FRENTE À CENSURA PRÉVIA NA AÇÃO DECLARATÓRIA DE INCONSTITUCIONALIDADE 7261.

Sob a ótica do jurista Paulo Nader, as Fontes do Direito consistem nas leis, nos costumes, na doutrina, na analogia, nos princípios gerais do direito, na jurisprudência (NADER,

2002, p. 175) (...). O direito é uma ciência que se modifica no tempo e no espaço, embora um elemento ou outro permaneça sem alterações. Por essa perspectiva, as Fontes do Direito são de imprescindível compreensão para que as eventuais lacunas sejam preenchidas e não haja desamparo para os casos concretos, principalmente quando relacionados aos “*hard cases*”, cuja tradução ao português significa, literalmente, casos difíceis, geralmente relacionados a situações em que mais de um direito fundamental deva coexistir ou quando não há norma aplicável para o fato em questão.

No tocante ao vocábulo “jurisprudência”, composto pelos termos em latim *juris + prudentia*, passou por diversas transformações no seu significado ao longo da história. Seu sentido, na Roma antiga, trazia a ideia de “*Divinarum atque humanarum rerum notitia, justi atque injusti scientia*”, ou seja, conhecimento das coisas divinas e humanas, ciência do justo e do injusto. No entanto, o sentido popular de jurisprudência *lato sensu*, tornou-se sinônimo do conjunto de decisões judiciais sobre determinadas matérias jurídica. Conforme explica Paulo Nader (NADER, 2002, p. 166), usualmente os autores a entendem como a soma de entendimentos jurisdicionais uniformes, porém, as jurisprudências, no caso prático, poderão ser classificadas como *secundum legem, praeter legem* ou *contra legem*. Isto é, respectivamente, segundo a lei, além da lei e contra a lei.

Ao judiciário, a função típica reservada é a de aplicar a lei ao caso concreto. Nesse sentido, a jurisprudência, não inova no ordenamento jurídico com a criação de novas leis, já que a esse papel, o poder legislativo está reservado. No sistema anglo-saxônico, cujo ordenamento jurídico brasileiro se estrutura em sua maioria, o entendimento é de que a jurisprudência revela o direito.

Não obstante seja de crucial importância para a construção do espírito da lei, a “*mens legis*”, não existe vínculo da jurisprudência aos órgãos do judiciário. Dessa forma, quando os juízes analisam as situações no caso concreto, em tese, não precisam seguir o entendimento de instâncias superiores ou inferiores. Isso porque, existem decisões de eficácia e aplicabilidade *erga omnes*, sejam elas súmulas vinculantes, decisões monocráticas ou acórdãos em matéria de ADI, ADC, ADPF, ADO (...), em que todos os órgãos do judiciário deverão se orientar, sob o risco de ajuizarem-se reclamações perante o órgão superior competente, no caso o Supremo Tribunal Federal, para que a autoridade deste seja preservada como órgão da cúpula do judiciário.

De todo modo, em hipótese alguma, o judiciário poderá recusar-se de apreciar lesão ou ameaça de direito sob os parâmetros de não haver norma aplicável aos casos concretos, em

respeito ao princípio da inafastabilidade da jurisdição, nos termos do Art. 5, XXXV, da CRFB/88 (BRASIL, 1988).

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal quanto à censura prévia, é aqui abordada com o fito de analisar o entendimento atual desse órgão de última instância e elucidar os anseios que a sociedade questiona perante as possíveis restrições da liberdade de manifestação do pensamento, opinião e informação (Tabela 1). Não obstante o Tribunal Superior Eleitoral seja o órgão de última instância da Justiça Eleitoral, o Supremo Tribunal Federal trata-se da cúpula do Poder Judiciário, cujas decisões monocráticas e acórdãos tem a força de irradiar por todo o entendimento dos tribunais.

Tabela 1 – Precedentes selecionados

ATO DECISÓRIO	IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO	DATA DE JULGAMENTO
Acórdão - 97 pg.	ADI 7261	26/10/2022
Acórdão - 245 pg.	ADI 5970	07/10/2021
Acórdão - 255 pg.	ADI 5418	11/03/2021
Acórdão - 163 pg.	ADI 4451	21/06/2018
Acórdão - 98 pg.	ADI 2566	16/05/2018
Acórdão - 76 pg.	ADPF 460	29/06/2020
Acórdão - 57 pg.	ADPF 526	11/05/2020
Acórdão - 53 pg.	ADPF 457	27/04/2020
Acórdão - 140 pg.	ADPF 548	31/10/2018
Acórdão - 177 pg.	RE 1070522	18/03/2021
Acórdão - 20 pg.	RE 1037396	01/03/2018

Fonte: elaborada pela autora.

Ao realizar consulta do termo “censura prévia” na jurisprudência do portal eletrônico do Supremo Tribunal Federal (BRASIL, 2023), qual seja o link: <<https://portal.stf.jus.br/jurisprudencia/>>, com os filtros “censura prévia”, data de julgamento entre 1 de janeiro de 2018 a 1 de janeiro de 2023, acórdãos e decisões pelo Tribunal Pleno, poderá ser encontrado 11 (onze) processos dentre os quais 5 (cinco) Ações Diretas de Inconstitucionalidade, 4 (quatro) Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental e 2 (dois) Recursos Extraordinários com Repercussão Geral. Segue abaixo tabela descritiva do ato decisório, identificação do processo e data do julgamento.

Verifica-se, portanto, o quanto o tema da “censura prévia” é pertinente no Estado Democrático brasileiro, marcado pelas cicatrizes de um longo período de restrição a

manifestação do pensamento, opinião e informação durante o período da Ditadura Militar (1964-1985). No entanto, o exame a ser realizado dará ênfase ao julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 7261, uma vez que o trabalho a possui como norte.

Ocorre que em 21 de outubro de 2022 foi ajuizada pelo Procurador Geral da República, Augusto Aras, a Ação Direta de Inconstitucionalidade 7261, com pedido de liminar em face dos artigos 2º, caput e §§ 1º e 2º; Art. 3º, caput, 4º, 5º, 6º e 8º da Resolução 23.714, de 20.10.2022, do Tribunal Superior Eleitoral –TSE, que “dispõe sobre o enfrentamento à desinformação que atinja a integridade do processo eleitoral”.

Nessa Ação, foi discutida a inconstitucionalidade perante os direitos fundamentais à manifestação do pensamento e o acesso à informação, uma vez que foram adotadas pela Justiça Eleitoral medidas supostamente austeras quanto à divulgação de notícias e opiniões sabidamente inverídicas ou descontextualizadas, para preservar a integridade das eleições, nos termos do Art. 2 da Resolução 23.714/2022, e cujo regramento carece de objetividade, tendo em vista a “vagueza conceitual”, nas palavras de Augusto Aras (BRASIL, 2022f).

Além disso, em razão da competência privativa da União para dispor sobre direito eleitoral, consoante o Art. 22, I, da CRFB/88, fora questionada a constitucionalidade formal da Resolução 23.714/2022, uma vez que não caberia à Justiça Eleitoral inovar no âmbito legislativo. A multa prevista no art. 2, §1º, da Resolução supramencionada, também foi questionada, já que haveria “desproporcionalidade e irrazoabilidade” no valor de R\$100.00,00 (cem mil reais) a R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) cobrados à título de sanção por hora de descumprimento de decisão judicial.

No mais, sobre a disposição prevista no art. 3, caput, da Resolução em comento, ficou indagado o alcance dado a presidência do Tribunal Superior Eleitoral para quando houvesse situações com conteúdo semelhantes aos já julgados anteriormente. Nesse sentido, consoante Aras (BRASIL, 2022f), a Justiça Eleitoral não poderia agir sem respeito ao Princípio da Legalidade, de modo a impor multas sem que houvesse respaldo legiferante. Também, quando houve a retirada do Art. 9-A, previsto na Resolução 23.610/2019, fora contestada a atuação do Ministério Público, nos moldes do Art. 127 da CF/88, uma vez que não seria permitido ao TSE agir de *ex officio*, ou seja, por dever do cargo, quando percebesse situações de conteúdo idêntico, apenas após a devida provocação, sob respeito ao Princípio da Inércia, previsto no art. 5, XXXV, CRFB/88.

Todavia, em sede de referendo na medida cautelar dessa ADI 7261, acordaram os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em 25 de outubro de 2022, sob a Presidência da

Senhora Ministra Rosa Weber, em ratificar a decisão monocrática do relator Ministro Edson Fachin quanto o indeferimento da cautelar pretendida.

EMENTA. DIREITO CONSTITUCIONAL E ELEITORAL. CONSTITUCIONALIDADE DA RESOLUÇÃO TSE Nº. 23.714/2022. ENFRENTAMENTO DA DESINFORMAÇÃO CAPAZ DE ATINGIR A INTEGRIDADE DO PROCESSO ELEITORAL. 1. Não se reveste de *fumus boni iuris* a alegação de que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ao exercer a sua atribuição de elaboração normativa e o poder de polícia em relação à propaganda eleitoral, usurpa a competência legislativa da União, porquanto a Justiça Especializada vem tratando da temática do combate à desinformação por meio de reiterados precedentes jurisprudenciais e atos normativos, editados ao longo dos últimos anos. 2. A Resolução TSE nº. 23.714/2022 não consiste em exercício de **censura prévia**. 3. A disseminação de notícias falsas, no curto prazo do processo eleitoral, pode ter a força de ocupar todo espaço público, restringindo a circulação de ideias e o livre exercício do direito à informação. 4. O fenômeno da desinformação veiculada por meio da internet, caso não fiscalizado pela autoridade eleitoral, tem o condão de restringir a formação livre e consciente da vontade do eleitor. 5. Ausentes elementos que, nesta fase processual, conduzam à decretação de inconstitucionalidade da norma impugnada, há que se adotar atitude de deferência em relação à competência do Tribunal Superior Eleitoral de organização e condução das eleições gerais. 6. Medida cautelar indeferida. (ADI 7261 MC-Ref, Relator(a): EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 26/10/2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-237 DIVULG 22-11-2022 PUBLIC 23-11-2022).

Resumidamente, a presidente supramencionada confirmou a legitimidade da Resolução 23.714/2022, pois o Tribunal Superior Eleitoral agiu conforme os ditames constitucionais e normativos em vigor, vez que cabe a esse órgão manter a segurança e a legitimidade do processo eleitoral. Quanto à matéria da restrição à liberdade de manifestação do pensamento, opinião e informação, Weber argumentou que a internet constitui mecanismo essencial para integração e comunicação social no pleito eleitoral, todavia, não poderia ser utilizada como ferramenta a fomentar abusos, de modo a prejudicar a integridade do processo eleitoral e excluir outros direitos também garantidos pela constituição, como a igualdade e a legitimidade democrática do processo eleitoral, previstos nos arts. 1, caput, incisos I e II, e parágrafo único, e art. 4, caput e §9º da CF/88.

Segundo a Ministra presidente do referendo, “a liberdade de expressão não é um direito absoluto, sofre restrições em outros âmbitos jurídicos e, com mais razão, na seara eleitoral, em que a manifestação do pensamento tem o intuito de angariar votos”. Logo, a Resolução 23.714/2022 não estaria viciada de inconstitucionalidade material.

Quanto a postura do Ministério Público para requerer a cessação do ilícito de divulgação de “Fake News”, entende Rosa Weber que a competência desse órgão é reservada privativamente à promoção da ação penal, em harmonia com o Art. 129, I, da Constituição

Federal. Nesse sentido, tendo em vista o caráter administrativo no poder de política do TSE, não haveria necessidade de provocação para agir *ex officio*.

Diante do exposto, percebe-se que a censura prévia tem sido esmiuçada com inteira coadunação com os preceitos legais. As discussões atuais em torno da censura prévia não merecem prosperar, vez que há o esforço de toda a Administração Pública em garantir a plenitude da manifestação do pensamento, da opinião e da informação. A Resolução 23.714/2022 não inovou no ordenamento jurídico e não fugiu dos parâmetros legais da competência da Justiça Eleitoral. Os direitos fundamentais não são absolutos e não possuem grau de hierarquia entre si, de modo que para cada caso concreto deverá o judiciário analisar a melhor forma de aplicar a lei sem que o interesse público seja afetado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A liberdade de expressão é um direito fundamental pético previsto na Constituição da República Federativa Brasileira de 1988. O movimento do constitucionalismo brasileiro, demarcados por Paulo Bonavides em 3 (três) ocasiões permite enxergar a evolução desse direito na jurisprudência. Embora ainda persistam discussões de ordem liberal clássica ou social, é certo que nenhum direito fundamental é absoluto, de modo em que no Estado Democrático de Direito não há como garantir um fundamento em detrimento de outro, todos os direitos pétreos ocupam, nesse viés, a mesma posição hierárquica.

Enquanto República Federativa Presidencialista em um Estado Democrático de Direito, o Brasil exige a liberdade de manifestação de pensamento e opinião, assim como, o acesso à informação. É inimaginável que para a manutenção dessa ordem organizacional de Estado não houvesse o protagonismo do povo, afinal, a forma e o regime de governo adotado exigem essa participação. Nessa perspectiva, o art. 1, *caput*, da CRFB/88 traz como fundamentos do Estado Democrático de Direito a cidadania, a dignidade da pessoa humana, o pluralismo político (...).

Evidenciou-se que não há cidadania sem participação ativa da sociedade nos meios de comunicação, seja de forma ativa, com a manifestação do pensamento e opinião, seja de forma passiva, recebendo informações de forma crítica, de modo em que seja mitigada a problemática da “infoexclusão”, “silenciamento informacional” e “Fake News”.

A aliança entre a boa governança do Estado democrático, os cidadãos alfabetizados em mídia e informação e as mídias e outros provedores de informações, a disponibilização dos meios eletrônicos de comunicação e a correta regulamentação dos espaços públicos virtuais são fundamentais para o combate à desinformação. Assim, o programa criado pelo Supremo Tribunal Federal com esse fim, embora de plausível fundamento, é deficiente quanto ao seu alcance para de fato garantir o acesso a informações verídicas, devidamente fundamentadas e lógicas.

Ademais, a manifestação do pensamento em período eleitoral carece de atenção para que a integridade do processo eleitoral seja preservada. Tanto o indivíduo, as imprensas no sentido amplo, quanto os partidos políticos estão sujeitos as limitações impostas pelo Tribunal Superior Eleitoral através da Resolução 23.714/2022, Resolução 23.608/2019, assim como o Código Eleitoral brasileiro, a Lei das Eleições n. 9.504/97, alterada pela Emenda Constitucional n. 97 de 2017, a Lei dos Partidos Políticos n. 9.096/95 e a própria Constituição Federal, de modo que a igualdade política, igualdade de oportunidades, paridade de armas aos candidatos

e aos partidos políticos, a legitimidade do processo eleitoral e a liberdade de expressão político-eleitoral sejam respeitados.

No entanto, em 21 de outubro de 2022 foi ajuizada pelo Procurador Geral da República, Augusto Aras, a Ação Direta de Inconstitucionalidade 7261, com pedido de liminar em face dos artigos 2º, caput e §§ 1º e 2º; Art. 3º, caput, 4º, 5º, 6º e 8º da Resolução 23.714/2022, uma vez que, segundo ele, diversos pontos dessa chocavam com a Lei Maior, seja no aspecto da inconstitucionalidade material quanto a restrição à liberdade de expressão, ao alcance extrapolado das decisões incidentes em demandas repetitivas para presidência do Tribunal Superior Eleitoral, seja pelo desrespeito à função do Ministério Público ou até mesmo, pela incompetência formal do TSE em aprovar essa resolução, uma vez que ao órgão do judiciário, não é permitido o poder legiferante, cuja Resolução em comento supostamente o usurpou.

Ocorre que ficou acordado pelo plenário do Supremo Tribunal Federal que o Tribunal Superior Eleitoral agiu conforme os ditames constitucionais e normativos em vigor, vez que cabe a esse órgão manter a segurança e a legitimidade do processo eleitoral. A Resolução 23.714/2022 é, portanto, legítima no tocante à constitucionalidade formal e material. Quanto à matéria da restrição à liberdade de manifestação do pensamento, opinião e informação, Weber argumentou que a internet constitui mecanismo essencial para integração e comunicação social no pleito eleitoral, todavia, não poderia ser utilizada como ferramenta a fomentar abusos, de modo a prejudicar a integridade do processo eleitoral e excluir outros direitos também garantidos pela constituição, como a igualdade e a legitimidade democrática do processo eleitoral, previstos nos arts. 1, caput, incisos I e II, e parágrafo único, e art. 4, caput e §9º da CF/88.

Dessa forma, a liberdade de expressão em período eleitoral urge em especial atenção, de modo em que as regulações impostas eliminem qualquer tipo de censura na manifestação do pensamento, opinião e informação. Não obstante algumas medidas austeras pelo judiciário possam ser adotadas, não se verifica censura prévia em decisões fundamentadas pelo Tribunal Superior Eleitoral que ordenem a imediata remoção da URL, URI ou URN, sob pena de multa de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a R\$ 150.000,00 (cem e cinquenta mil reais) por hora de descumprimento por fatos que são sabidamente inverídicas e descontextualizadas, principalmente nos canais de comunicação em massa, quando isso implicar em abuso de poder, grave dano na esfera dos direitos da personalidade do indivíduo, crimes contra à honra ou até mesmo, no fomento às chagas sociais da “infoexclusão”, “silêncio informacional” e “Fake News”. Sob à luz do princípio do Estado Democrático de Direito, a Resolução 23.714/2022 do Tribunal Superior Eleitoral tem, portanto, objetivos legítimos, que presam pelos direitos

fundamentais previstos na Constituição Federal brasileira, sem que haja a alegada censura pela Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 7261 e não ultrapassa os limites da competência da Justiça Eleitoral, por todos os motivos expostos.

REFERÊNCIAS

AUTODETERMINAÇÃO. In: MICHAELIS, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2023. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/autodetermina%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 15/04/2023.

BBC. 'Fake News' é eleita palavra do ano e vai ganhar menção em dicionário britânico. **G1 Globo Educação**, 2 nov. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/fake-news-e-eleita-palavra-do-ano-e-vai-ganhar-mencao-em-dicionario-britanico.ghtml>>. Acesso em: 15/04/2023.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 15ª Edição. São Paulo: Editora Método, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei n. 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, seção 1, p. 21801, 1 out. 1997.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Propaganda Político-Eleitoral**. 2015. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/institucional/escola-judiciaria-eleitoral/publicacoes/revistas-da-eje/artigos/propaganda-politico-eleitoral>>. Acesso em: 04/04/2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Saiba quantos são e quais são as atribuições dos juízes eleitorais**. Distrito Federal, 26 de julho de 2019. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2019/Julho/saiba-quantos-sao-e-quais-as-atribuicoes-dos-juizes-eleitorais>>. Acesso em: 08/04/2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de descumprimento de preceito fundamental 496/DF**. Relator: Roberto Barroso. Distrito Federal, 22 de junho de 2020. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stf/932683102/inteiro-teor-932683106>>. Acesso em: 14/04/2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Programa de Combate à Desinformação**. Distrito Federal, 27 de agosto de 2021a. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/desinformacao/>>. Acesso em: 15/04/2023.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Por meio de resoluções, TSE orienta serviços internos e regulamenta a legislação**. Distrito Federal, 9 de abril de 2021b. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Abril/por-meio-de-resolucoes-tse-orienta-servicos-internos-e-regulamenta-a-legislacao-eleitoral>>. Acesso em: 14/04/2023

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Plenário mantém resolução do TSE sobre combate à desinformação. **Supremo Tribunal Federal**. Brasília, 25 out. 2022a. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=496383&ori=1>>. Acesso em: 26/11/2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade 7261**. Relator: Edson Fachin. Distrito Federal, 22 de outubro de 2022b. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6507787>>. Acesso em: 14/04/2023.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Jurisprudência da Justiça Eleitoral**. Relator: Maria Claudia Bucchianeri. Distrito Federal, 26 de setembro de 2022c. Disponível em: <<https://jurisprudencia.tse.jus.br/#/jurisprudencia/pesquisa?expressaoLivre=0600922-17.2022.6.00.0000%20&params=s>>. Acesso em: 15/04/2023

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Entenda as diferenças entre propaganda partidária e propaganda eleitoral**. Distrito Federal, 8 de fevereiro de 2022d. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Fevereiro/entenda-as-diferencas-entre-propaganda-partidaria-e-propaganda-eleitoral>>. Acesso em: 15/04/2023

BRASIL. Lei n. 14.291, de 3 de janeiro de 2022. Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), para dispor sobre a propaganda partidária gratuita no rádio e na televisão. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, seção 1, p. 1, 4 jan. 2022e.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Jurisprudência da Justiça Eleitoral**. Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) nº 060148341. Relator: Benedito Gonçalves. Decisão Monocrática. Distrito Federal, 15 de outubro de 2022f. Disponível em: <<https://jurisprudencia.tse.jus.br/#/jurisprudencia/pesquisa?expressaoLivre=060148341&params=s>>. Acesso em: 16/04/2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Jurisprudência: Censura Prévia**. 2023. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search?base=acordaos&pesquisa_inteiro_teor=false&sinonimo=true&plural=true&radicais=false&buscaExata=true&julgamento_data=01012018-&orgao_julgador=Tribunal%20Pleno&page=1&pageSize=10&queryString=censura%20previa&sort=date&sortBy=desc>. Acesso em: 15/04/2023

BRÍGIDO, C.; NETTO, P. R. Eleições 2022: O que o TSE decidiu sobre a Jovem Pan. **UOL**, Brasília, 20 out. 2022. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/20/tse-decisao-jovem-pan.htm>>. Acesso em: 15/04/2023.

CANOTILHO, J. J. **Direito Constitucional e teoria da Constituição**. 7ª Edição. Coimbra: Almedina, 2003. p. 51.

CIDH, COMISSÃO INTRAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Organização dos Estados Americanos. **OC – 5/85**. Parecer consultativo de 13/11/1985 sobre o registro profissional obrigatório de jornalistas. Costa Rica, 1985. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2016/04/5a3794bc4994e81fd534219e2d57e3aa.pdf>>. Acesso em: 26/11/2022.

CIDH, COMISSÃO INTRAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Organização dos Estados Americanos. **Convenção Americana Sobre Direitos Humanos**. Costa Rica, 1969. Disponível em: < https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm>. Acesso em: 26/11/2022.

DEBORD, G. **A Sociedade do Espetáculo**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2007.

FERNANDES, Cláudio. **Invenção da imprensa**. Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiag/invencao-imprensa.htm>>. Acesso em: 14/04/2023.

FNJ, FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**, 4 ago. 2007. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf>. Acesso em: 14/04/2023.

FREITAS, R. S.; CASTRO, M. F. Liberdade de expressão e discurso do ódio: um exame sobre as possíveis limitações à liberdade de expressão. **Sequência (Florianópolis)**, v. 66, p. 327-355, 2013.

GOMES, José Jairo. **Direito Eleitoral**. 12ª ed. São Paulo: Atlas; 2016. 881 p.

HAN, Byung-Chul. **Infocracia: Digitalização e a crise da democracia**. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda, 2022.

HOUAISS, I. A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

KELSEN, H. **Teoria Pura do Direito**. 8ª Edição. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 25ª edição. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

LEWIS, Anthony. **Liberdade para as ideias que odiamos: uma biografia da primeira emenda à Constituição**. Tradução de Rosana Nucci. São Paulo: Aracati, 2011.

MACKENZIE. O que são *fake news*? Conheça a história e o impacto delas na sociedade. **Mackenzie**, 2020. Disponível em: <<https://blog.mackenzie.br/vestibular/atualidades/fake-news-conheca-o-impacto-na-sociedade/>>. Acesso em: 15/04/2023.

MCLUHAN, M. **Understanding media**. The extensions of man. Cambridge: The MIT Press, 1994. Disponível em: <<https://designopendata.files.wordpress.com/2014/05/understanding-media-mcluhan.pdf>>. Acesso em: 15/04/2023.

MORAES, A. **Direito Constitucional**. 16^a ed. São Paulo: Atlas, 2004, p. 598.

NADER, P. **Introdução ao Estudo do Direito**. 22^a edição. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2002.

NERY, C.; BRITTO, V. Internet já é acessível em 90,0% dos domicílios do país em 2021. **Agência de Notícias IBGE**. Brasília, 16 set. 2022. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34954-internet-ja-e-acessivel-em-90-0-dos-domicilios-do-pais-em-2021>> Acesso em: 26/11/2022.

ONUMA, T. T. Democracia, direitos e exclusão na sociedade da informação: o poder da (des)informação nas democracias contemporâneas. In: VEIGA, F. S.; ZALUCKI, M. (org.) **LegalTech, Artificial Intelligence and the Future of Legal Practice**. 1. ed. Porto/Kraków: Instituto Iberoamericano de Estudos Jurídicos and AFM Kraków University, 2022, 566 p.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002. p. 210.

PROPAGANDA. In: CAMBRIDGE, Cambridge Dictionary. Cambridge: Cambridge University Press & Assessment, 2023. Disponível em: <<https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/propaganda>>. Acesso em: 15/04/2023.

SARLET, I. W. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001. p. 50.

SARLET, I. W.; MARINONI, L. G.; MITIDIERO, D. **Curso de Direito Constitucional**. 6^a Edição. São Paulo: Saraiva, 2017. p. 744.

UK Parliament. How do we solve digital exclusion in a cost of living crisis? **UK Parliament Committees**, 8 fev. 2023. Disponível em:

<<https://committees.parliament.uk/committee/170/communications-and-digital-committee/news/186095/how-do-we-solve-digital-exclusion-in-a-cost-of-living-crisis/>>.

Acesso em: 09/04/2023.

WILSON, Carolyn; GRIZZLE, Alton; TUAZON, Ramon; AKYEMPONG, Kwane; CHEUNG, Chi-Kim. **Alfabetização midiática e informacional**: currículo para formação de professores. UNESCO: Brasília, 2013, p. 26.

ZANELLA, M. **Direito Administrativo**. 33ª edição. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2016. p. 456.